

# Diário do Legislativo de 25/11/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

### LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Abramo	Gilberto PMDB-PT-PcdoB
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Torres	Mauri BSD
Deputado Borges	Wander BPS
Deputado Quintão	André PMDB-PT-PcdoB
Deputado Alves	Delvito BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
-----------------------------------	---------------	------------

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente  
Paulo Guedes

Deputado BSD  
Ademir Lucas

Deputado BPS  
Wander Borges

Deputado PDT  
Doutor Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PcdoB  
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB  
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
Dalmo Ribeiro Silva

Deputado BPS Vice-Presidente  
Chico Uejo

Deputado BPS  
Ronaldo Magalhães

Deputado BPS  
Sebastião Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Padre João

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Gilberto Abramo

Deputado BSD  
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Malheiros Délio BPS

Deputado Moreira Célio BSD

Deputado Moreira Neider BPS

Deputado Quintão André PMDB-PT-PCdoB

Deputado Júlio Antônio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Valadares Gustavo DEM

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BPS Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Paulo Guedes PMDB-PT-PCdoB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Veneroso Rômulo BPS

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Miranda Vanderlei PMDB-PT-PCdoB

Deputado PDT

Deputado Fabiano Dimas PP

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB-PT-PCdoB Presidente

Deputado BPS Vice-Presidente  
Délio  
Malheiros

Deputado BSD  
Walter  
Tosta

Deputado BSD  
Leonardo  
Moreira

Deputado PP  
Gil Pereira

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB  
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputado Delvito BSD  
Alves

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente  
Durval  
Ângelo

Deputado BSD  
Fahim Sawan

Deputado BPS  
Antônio  
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Vanderlei  
Miranda

Deputado BSD  
Delvito Alves

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB  
Tereza Lara

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PMDB-PT-PcdoB  
Abramo

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente  
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente  
Deiró  
Marra

Deputado BSD  
Dalmo  
Ribeiro

Deputada BPS  
Gláucia  
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Carlin  
Moura

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Delvito BSD  
Alves

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente  
Jayro  
Lessa

Deputado BSD  
Lafayette  
de  
Andrada

Deputado BPS  
Inácio  
Franco

Deputado BPS  
Juarez  
Távora

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Adelmo  
Carneiro  
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Antônio  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD  
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS  
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PMDB-PT-PcdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Fábio  
Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente  
Sávio  
Souza  
Cruz

Deputado BSD  
Irani  
Barbosa

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Almir  
Paraca

Deputado PP  
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB  
Lopes

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB  
Gomes

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente  
Sávio  
Souza  
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente  
Gustavo  
Valadares

Deputado BSD  
Rêmolo  
Aloise

Deputado BSD  
Célio  
Moreira

Deputado BPS  
Tiago  
Ulisses

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB  
Lopes

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Ronaldo BPS  
Magalhães

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente  
André  
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente  
Eros  
Biondini

Deputado BSD  
João Leite

Deputado BSD  
Duarte  
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Carlin  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio BPS  
Avelar

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PP Presidente  
Vanderlei Jangrossi

Deputado BPS Vice-Presidente  
Antônio Carlos Arantes

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado BPS  
Chico Uejo

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Carlos Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
Braulio  
Braz

Deputado BPS Vice-Presidente  
Ronaldo  
Magalhães

Deputada BSD  
Ana Maria  
Resende

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Gilberto  
Abramo

Deputado PP  
Dimas  
Fabiano

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputado Doutor PDT  
Ronaldo

Deputado Rêmoló BSD  
Aloise

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente  
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente  
Maria  
Tereza  
Lara

Deputado BPS  
Rômulo  
Veneroso

Deputado PDT  
Tenente  
Lúcio

Deputado PP  
Pinduca  
Ferreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB  
Ângelo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente  
Rosângela  
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente  
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Ivair  
Nogueira

Deputado DEM  
Elmiro  
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB  
Cecília  
Ferramenta

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS  
Diniz

Deputado Ronaldo BPS  
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB  
Neiva

Deputado Duarte BSD  
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB  
Quintão

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente  
Gustavo Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente  
Djalma Diniz

Deputado BSD  
Irani Barbosa

Deputado BSD  
Rêmolo Aloise

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Adalclever Lopes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Juninho BSD  
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB  
Souza Cruz

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente  
Tenente Lúcio

Deputado BSD Vice-Presidente  
Eros  
Biondini

Deputado BPS  
Fábio  
Avelar

Deputado BPS  
Antônio  
Carlos  
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Carlos  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT  
Silveira Jr.

Deputado Zezé PDT  
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sebastião  
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD  
Luiz  
Humberto  
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Gilberto  
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB  
Padre João

Deputado DEM  
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado  
Ângelo Durval PMDB-PT-PCdoB

Deputado  
Fabiano Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 59ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Charles Lotfi - Presidente da Associação Comercial de Minas - ACMinas

### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS

## ATAS

ATA DA 59ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/11/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de Mensagem - Exibição de vídeo - Entrega de título - Palavras do Sr. Roberto Luciano Fagundes - Palavras do Sr. Charles Lotfi - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Gustavo Valadares - Tiago Ulisses.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Gustavo Valadares, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Governador do Estado por meio de decreto publicado em 10/2/2009, a requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao Sr. Charles Lotfi, Presidente da Associação Comercial de Minas - ACMinas.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Charles Lotfi, Presidente da ACMinas; Embaixador Ramón Villagra Delgado, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; e Roberto Luciano Fagundes, Vice-Presidente da ACMinas.

#### Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Ronaldo Vasconcelos, ex-Deputado Estadual, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte; Jonísio Lustosa Nogueira, Presidente da Associação dos Empresários do Centro e Barro Preto; Hiran Reis Correia, Presidente do Sindilojas; Nadim Donato Filho, Vice-Presidente do Sindilojas; José Tarcísio Amorim, representante do Reitor da PUC Minas; Cel. Paulo Rubens Pereira Diniz, Presidente da Associação de Oficiais da Reserva do Exército e Diretor do DER-MG; Sérgio Cavalieri, Presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o General José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; Ronan Ramos, representando o Presidente da Fecomércio Minas, Sr. Renato Rossi; e Marcos Santanna, ex-Vice-Prefeito de Belo Horizonte; e da Exma. Sra. Ángela Gutierrez, Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo 1º-Sargento Gilberto Camargos Santana e pelo 3º-Sargento Lázaro Silva Martins, componentes da Bombeiros Instrumental Orquestra Show - Bios.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Leitura de Mensagem

O locutor - Neste instante, daremos ciência a todos de mensagem endereçada ao Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar. (- Lê:)

"Agradeço a V. Exa. a gentileza do convite para a solenidade em que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta justa homenagem ao ilustre empresário Charles Lotfi, Presidente da ACMinas, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. Sul-mato-grossense de Corumbá, Charles Lotfi tem-se dedicado, há várias décadas, a enriquecer a vida mineira, não apenas como empresário e líder classista de sucesso, mas também como estudioso da história do Oriente Médio e do Líbano, em particular, difundindo - em palestras e conferências - aspectos da rica cultura daquela civilização, tão cara a nós, brasileiros. Presidente desde 2007 da ACMinas, na qual realiza com capacidade e dedicação admirável trabalho, Charles Lotfi estende sua dinâmica atuação ao campo social, destacando-se sua participação como fundador da Fundação Libanesa de Minas Gerais, responsável pelo Centro de Orientação sobre Drogas Professor José Elias Murad, e sua ativa atuação como membro do Conselho Estadual Antidrogas. Por sua contribuição ao desenvolvimento social e econômico de nosso Estado, tem recebido as mais honrosas condecorações dos governos federal, estadual e municipal e de entidades comunitárias - justo reconhecimento da sociedade ao cidadão prestante e comprometido com as boas causas. Já havia agendado minha participação na solenidade de hoje à noite, mas isso não será possível. Relevando a minha ausência, peço a V. Exa. que leve ao homenageado meu especial abraço e aos participantes da solenidade a minha saudação, com votos de total brilhantismo para o evento. Atenciosamente, José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República."

Temos em mãos também outras mensagens desejando pleno êxito na realização deste evento e parabenizando o Deputado Alberto Pinto Coelho, a Assembleia Legislativa e o homenageado, enviadas por Sassine Ibrahim Chehoud, Tradutor Público para o Estado de Goiás e Presidente da Liga Cultural Gibran Khalil Gibran, e por Néelson Mufarrej Filho, Presidente da Federação das Entidades Libano-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre o homenageado.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Charles Lotfi, passando-lhe às mãos o diploma. O Título a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 10/2/2009, e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. Charles Lotfi o Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira".

- Procede-se à entrega do título.

#### Palavras do Sr. Roberto Luciano Fagundes

Boa-noite. Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa; Exmo. Sr. Embaixador Ramón Villagra Delgado, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; Exmo. Sr. Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; senhoras e senhores; tenho a grande honra de saudar o novo Cidadão Honorário de Minas Gerais, Charles Lotfi, em nome de meus companheiros da Diretoria da Associação Comercial de Minas nesta importante cerimônia que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais realiza.

O Presidente desta nobre Casa Legislativa, o ilustre Deputado Alberto Pinto Coelho, em sua fala, creio, deverá destacar pontos relevantes da biografia do Sr. Charles Lotfi.

A mim cabe agora dar ênfase a aspectos que, em meu entendimento, justificam a concessão dessa honraria - a cidadania mineira - a este homem íntegro, idealista, dedicado às grandes causas defendidas pela nossa entidade, intransigente na luta pelo desenvolvimento de Belo Horizonte e do Estado. Enfim, um homem de primeira linha e de profunda fé. Se estivesse na Itália, sem dúvida o chamaríamos de um "fuoriserie"; se estivesse na França, seria "hors-concours"; se estivesse nos Estados Unidos, sem dúvida, "he's the man". Mas estamos em Minas e aqui, "ô trem bão, é bão demais da conta, só".

Charles Lotfi, nato mato-grossense, pantaneiro, filho de Corumbá, tornou-se mais tarde, e por lei específica, mato-grossense-do-sul, com a criação do Estado constituído pela porção sul do antigo Estado de Mato Grosso. Agora este brasileiro, filho de patricios libaneses, ganha a cidadania honorária destas Minas Gerais; para nós, contudo, cidadania mais que honorária, pois o cidadão Charles Lotfi há muito vestiu o traje, o jeito, a fala e a mineirice autêntica, aliás, com uma boa pitada de mineiro arisco, faltando apenas o cigarrinho de palha, porque sabemos que ele não fuma.

A assimilação dessa nossa mineiridade por libaneses tem fortes precedentes em Belo Horizonte. Quem viveu nesta Capital, nas décadas de 40 e 50, tem nítida em sua memória a Rua dos Caetés e seus moradores nos fins de tarde e princípio do anoitecer, sentados em suas cadeiras como bons e autênticos mineiros, conversando animadamente e observando a criançada a brincar, pois por ali trafegavam várias linhas de bonde, apenas com uma diferença: a língua falada era o árabe.

Charles Lotfi foi eleito Diretor da Associação Comercial de Minas, para cumprir mandato em 1975 e 1976, sendo Presidente da entidade o Dr. José Romualdo Cançado Bahia. Foi Diretor nos anos seguintes, até 1993. Merece registro também ter sido ele um dos primeiros Presidentes do Conselho Empresarial de Turismo, então denominado Comissão Permanente de Turismo, Conselho que tenho a honra de presidir hoje. Em 1994, foi-lhe concedido o Título de Diretor Emérito, que é um "status" de vitaliciedade na diretoria da casa para os mais dedicados. Antes, porém, por sua sugestão, foi criada a Fundação ACMinas, destinada a ser o braço social da Associação Comercial de Minas. Charles Lotfi foi também seu primeiro Presidente, a partir de 1996. Mais tarde, foi chamado pelo ex-Presidente Arthur Lopes Filho para ocupar, no biênio 2001-2002, posto na Diretoria Executiva da entidade. Nos dois biênios seguintes, sob a Presidência de Eduardo Bernis, passou a Vice-Presidente da entidade, sendo eleito Presidente em novembro de 2006, cumprindo o mandato no biênio 2007-2008. Reeleito, preside a Associação Comercial de Minas neste 2009 até o final de 2010.

Posso afirmar, sem sombra de erro, que essa longa e construtiva vivência com os melhores quadros do empresariado de Belo Horizonte e de Minas mineirizou Charles Lotfi a tal ponto, que ele hoje é tão mineiro quanto qualquer um de nós que aqui nascemos e aqui vivemos. Aliás, o saudoso Fernando Sabino, com sabedoria poética, ensina-nos o que é ser mineiro, dizendo: "Ser mineiro é não dizer o que faz, nem o que vai fazer, é fingir que não sabe aquilo que sabe, é falar pouco e escutar muito, é passar por bobo e ser inteligente, é vender queijos e possuir bancos. Um bom mineiro não laça boi com embira, não dá rasteira no vento, não pisa no escuro, não anda no molhado, não estica conversa com estranhos, só acredita na fumaça quando vê fogo; só arrisca quando tem certeza; não troca um pássaro na mão por dois voando. Ser mineiro é dizer "uai", é ser diferente, é ter marca registrada, é ter história. Ser mineiro é ter simplicidade e pureza, humildade e modéstia, coragem e bravura, fidalguia e elegância. Ser mineiro é ver o nascer do sol e o brilhar da lua, é ouvir o cantar dos pássaros e o mugir do gado, é sentir o despertar do tempo e o amanhecer da vida. Ser mineiro é ser religioso e conservador, é cultivar as letras e as artes, é ser poeta e literato, é gostar de política, é amar a liberdade, é viver nas montanhas, é ter vida interior, é ser gente".

Não serei eu que contrariarei ou refutarei o grande escritor de "Encontro Marcado".

Portanto, em nome de todos os integrantes da diretoria da ACMinas, dos funcionários, dos servidores, dos colaboradores e, especialmente, dos associados, reafirmo os nossos agradecimentos pela iniciativa da nossa augusta Assembleia Legislativa e do seu preclaro Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, por reconhecerem no caro Presidente Charles Lotfi a mineiridade que vem exercitando com prudência e sabedoria. Parabéns ao meu querido e novo conterrâneo. Muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. Charles Lotfi

Deus Pai, livrai-me do orgulho, porque hoje sou elevado à dignidade da cidadania de Minas Gerais. Deus Filho, abençoai-me com a paz da humildade, marca dos hoje meus concidadãos das Gerais. Deus Espírito Santo, mantenha em mim acesa a chama da fidelidade aos princípios e às virtudes que animam a gente mineira.

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Embaixador Ramón Villagra Delgado, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Relações Institucionais, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; e Roberto Luciano Fagundes, meu querido amigo Vice-Presidente da ACMinas, homem que engrandece essa Casa com sua dedicação e atitudes, muito obrigado. Fiquei muito sensibilizado com suas palavras.

Srs. ex-Presidentes da Associação Comercial, Srs. Vice-Presidentes, companheiros Diretores, amigos da comunidade libanesa aqui presentes, minhas amigas, meus amigos, meus familiares, minhas filhas Olga e Sílvia, meu filho Miguel, minha nora Susi, meus netos Luana e Gabriel, senhoras e senhores; quando, meses atrás, recebi a notícia de que o Governador Aécio Neves sancionara projeto de autoria da nossa Assembleia Legislativa, honrando-me com a cidadania do Estado de Minas Gerais, senti-me invadido por um sentimento de profundo recolhimento e paz, logo acrescido pelo conforto da gratidão. Passados os impactos dessas primeiras reações, pude refletir a respeito. Que razões teriam esses dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, para conferir tal distinção a este mato-grossense de nascimento? Que atributos, que feitos? Só encontrei um motivo: a desmedida generosidade de nosso Governador Aécio Neves, do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa e autor do projeto, e dos parlamentares que aqui, afinados com as aspirações legítimas de Minas Gerais e de seu povo, dão a elas o arcabouço das leis.

Caríssimo Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, cheguei a Minas há 42 anos, depois de ter deixado Corumbá, minha cidade natal em Cuiabá, pois em ambas meus antepassados residiam desde 1880 com negócios nos setores de navegação fluvial, do comércio e da indústria. Depois de sete anos em São Paulo, estabeleci-me em Belo Horizonte em busca de novas oportunidades. Aqui, logo fui privilegiado no meu dia a dia pelo clima ameno, pela beleza natural e principalmente pela hospitalidade e pela cordialidade do povo mineiro. Aqui iniciamos, minha família e eu, um convívio com pessoas nas quais logo percebi uma maneira de ser muito peculiar, um temperamento no qual, de pronto, reconheci a precisão no pensar e a firmeza no agir, a concisão no falar e a paciência no ouvir, a prudência no julgar e a perseverança no querer. Enfim, reconheci os predicados de que são constituídas a sabedoria e a dignidade, atributos que já me eram familiares desde os anos em que vivi no Líbano, pátria de meus pais, sob a permanente inspiração das montanhas emblemáticas daquele país. Aqui, além da similaridade geográfica, encontrei homens de pensar grande, que vieram ao mundo com os genes do idealismo, da ética e do altruísmo. Encontrei aqueles que Alceu Amoroso Lima definiu como "homens de olhos fixos no infinito".

Aqui, como no Líbano, a montanha moldou o caráter do homem. Se as montanhas de Minas Gerais dos tempos da Colônia foram fator de isolamento, foram também o catalisador da reflexão e dos ideais de liberdade, a fonte de um amálgama cultural exclusivíssimo, e foram, igualmente, a razão da "mineiridade", expressão cunhada, com muita propriedade, por Sylvio de Vasconcellos em sua obra homônima, que constitui a síntese do "ser mineiro". Quem não o for nem tente decifrar seu significado, mineiridade não se pode entender, mineiridade se deve sentir. E senti-la, para os amigos e as amigas, é privilégio do povo de Minas.

Minhas senhoras e meus senhores, que muito nos honram nesta noite com sua presença, há pouco, falei sobre as montanhas do Líbano. Ali, cheguei em plena infância, aos 10 anos de idade, quando a minha mãe, hoje, pela graça de Deus, ostentando seus 101 anos, teve um problema de saúde. Fomos para lá em busca de seu restabelecimento, para uma permanência de três meses. No entanto, o destino havia traçado outros planos: no dia exato em que nosso navio aportava em Beirute, eclodiu, com toda ferocidade, a Segunda Grande Guerra Mundial. A partir daquele momento, todos os meios de transporte, exceto os militares, foram interrompidos. E lá fui eu aprender a me comunicar numa nova língua com meus parentes e os amigos que ali conheci e a adaptar-me a um ambiente totalmente diverso daquele de Mato Grosso. Foi uma rica experiência que vivi durante 8 anos, absorvendo muito da cultura libanesa, sedimentada ao longo de 7 mil anos de história. Foi lá que

associei as montanhas cobertas de neve ao caráter dos homens da região em que me encontrava e com quem convivia. Foi lá que percebi nos montanhesees um povo diferente daqueles que já conhecia - pessoas não melhores ou piores, mas com uma maneira de ser muito própria, dotadas de qualidades especialíssimas, que depois constatei como características comuns aos povos das montanhas. Ao retornar e vindo para Minas, aqui as encontrei novamente. Posso afirmar, sem dúvida, que no Líbano tornei-me mineiro de fato. Aqui, hoje, torno-me mineiro também de direito. Isto, senhoras e senhores, devo, repito, à generosidade deste povo. Muito obrigado. A única coisa que posso acrescentar à gratidão é a minha perene intenção de fazer jus à condição de mineiro. E ser mineiro é, acima de tudo, uma responsabilidade. Muito, muito obrigado e boa noite a todos.

#### Apresentação Musical

O locutor - Neste instante, ouviremos a Bios, que foi criada há dois anos, com a formação típica das orquestras de "jazz", cujo objetivo é levar ao cidadão mineiro a conscientização da prevenção de acidentes e sinistros por meio da música. Bios, sintonia de vida e arte, interpretará as músicas "Mack the knife", de Kurt Weill; "Eu sei que vou te amar", de Vinícius de Moraes e Tom Jobim; e "You'll be in my heart", de Phil Collins.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Charles Lotfi, Presidente da ACMinas, nosso ilustre homenageado; Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Embaixador Ramón Villagra Delgado, Cônsul-Geral da República Argentina em Belo Horizonte; ilustres familiares do homenageado; Roberto Luciano Fagundes, Vice-Presidente da ACMinas; minhas senhoras e meus senhores. Existem pessoas que se incorporam de tal maneira ao nosso convívio e se integram tanto à nossa cultura e à nossa realidade que parece que sempre estiveram entre nós. Uma dessas pessoas é o empresário Charles Lotfi, nascido em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, mas há muito radicado em Belo Horizonte e integrado à vida mineira. Suas origens familiares o levaram a estudar no Líbano, onde se formou bacharel em Línguas Estrangeiras e Literatura Francesa. Culto e atento às relações internacionais, é um estudioso da história do Oriente Médio e fala francês, árabe e inglês, além de ter amplo domínio do nosso idioma. Por sua vinculação às questões referentes ao Líbano e seu espírito de liderança, ajudou a fundar a Confederação Nacional das Entidades Líbano-Brasileiras, da qual foi Coordenador-Geral de 1981 a 1988, sendo hoje seu Presidente. Também contribuiu para criar a Fundação Libanesa de Minas Gerais, instituição que dirigiu durante 10 anos. Preocupado com os problemas sociais presentes em nossa sociedade, particularmente com aqueles a que a juventude está mais exposta, criou, em sua gestão na Fundação Libanesa, o Centro de Orientação sobre Drogas Professor Elias Murad. Também é membro do Conselho Estadual Antidrogas e da Câmara Técnica de Tratamento e Reinserção Social. No campo da educação, coordenou um projeto inovador para o ensino fundamental que, elaborado por profissionais da área e implantado em caráter experimental em diversas escolas do Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, vem apresentando significativos resultados. O espírito empreendedor e participativo de Charles Lotfi fez também com que ele se tornasse, em 1975, Diretor da ACMinas, sendo reeleito sucessivamente até 1993, ganhando, a partir daí, a honrosa condição de Diretor emérito. Ocupou ainda na entidade diversos outros cargos relevantes, como os de Diretor Executivo, Vice-Presidente de Assuntos Internacionais e Presidente da Fundação ACMinas. Foi também, durante vários anos, Diretor da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais. O reconhecimento de seu trabalho e o prestígio adquirido junto ao meio empresarial do Estado o conduziram, desde janeiro de 2007, à posição de Presidente da ACMinas, cumprindo atualmente um segundo mandato de dois anos. Fundada em 1901, quando Belo Horizonte começava a se erguer, dando forma ao plano urbanístico de Aarão Reis, a ACMinas acompanhou de perto o desenvolvimento da Capital, passando com o tempo a atuar de forma mais ampla, participando ativamente de debates de âmbito estadual e nacional. Teve presença marcante em campanhas que resultaram em avanços significativos para a economia mineira e brasileira, como a criação da Petrobras, da Usiminas, da Acesita, da Açominas, das indústrias de cimento, da instalação da Fiat Automóveis em Betim e da duplicação da Rodovia Fernão Dias. Participa também a entidade de diversas campanhas de cunho social e, recentemente, destacou-se nos esforços para a retomada do crescimento econômico do Estado, promovendo ações de estímulo à inovação, à competitividade e à inserção das empresas mineiras nos mercados nacional e internacional. Com certeza, a presença de Charles Lotfi entre seus dirigentes e agora em sua Presidência contribuiu de forma expressiva nas últimas décadas para que a ACMinas se tornasse tão respeitada nos cenários estadual e nacional. Por tudo o que ele tem feito como líder empresarial, como homem que defende incansavelmente seus ideais, movido pelos sentimentos de justiça e igualdade e sempre devotado, de corpo e alma, aos interesses mais relevantes de Minas e de sua gente, Charles Lotfi é inteiramente merecedor da homenagem que lhe está sendo feita. É com grande satisfação que o Parlamento mineiro promove esta solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário de Minas Gerais a uma personalidade que, por seu exemplo de vida e sua identificação com o Estado, merece todo o nosso respeito, admiração e reconhecimento. Parabéns, novo cidadão mineiro.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 24ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/11/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Gil Pereira e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a invasão da Reserva Legal da Etapa I do Projeto Jaíba pelos sem-terra e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Paulo Sarmento, Diretor de Monitoramento e Fiscalização Sustentável do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, representando o Diretor-Geral Interino do IEF e Secretário Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais; Shelley de Souza Carneiro, Luciano Luz Badini Martins, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação - Caoma -; Júlio Neil Cassa Louzada, membro da equipe técnica do Projeto Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais, representando José Roberto Scóforo, Pró-Reitor de Planejamento e Gestão da Universidade Federal de Lavras e Coordenador do Projeto de Pesquisa Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos do Estado de Minas Gerais; e Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.592/2009 (relator: Deputado Irani Barbosa) e 3.790/2009 (relator: Deputado Almir Paraca). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.860/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.731/2007, 3.424/2009, 3.665/2009 e 3.748/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Fábio Avelar (2) em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a situação do licenciamento ambiental do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade - Aeroporto da Pampulha; seja encaminhado ofício ao Ministério Público com as informações solicitadas pela Sra. Mônica Fiorentino, Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo, no Ofício nº 3.308/PJHU/09, motivadas pelo Requerimento nº 3.181/2008; Délio Malheiros (3) em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, para, em audiência pública, debaterem a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama - que torna obrigatória a inspeção veicular para controle de emissão de gases poluentes; seja encaminhado à

Associação das Mineradoras de Pains, Arcos e região pedido de informações sobre as providências adotadas em face das reclamações e das denúncias apresentadas pela população e pelas autoridades na audiência pública ocorrida em Pains, no dia 11/11/2009; seja encaminhado ao Sr. Fábio Galindo Silvestre, Coordenador das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente das Comarcas do Alto São Francisco, pedido de informações sobre as providências que a força-tarefa constituída pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Estadual e por órgãos ambientais adotou em relação à mineração no Município de Pains. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Carlin Moura - Padre João.

Ata da 30ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 18/11/2009

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Doutor Ronaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Deputado Federal Darcisio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, agradecendo o apoio da Comissão e desta Casa à realização da audiência pública de instalação da Frente Parlamentar Estadual da Saúde em Minas Gerais; do Sr. Felipe Caram, Subsecretário de Vigilância em Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.469/2009, (publicado no "Diário do Legislativo" em 12/11/2009); e do Sr. Aílton Martins, em que encaminha cópia de representação dirigida ao Ministério Público da Comarca da Barbacena. A Presidência solicita à Consultoria que analise essa matéria. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.885/2009 (Deputado Carlos Pimenta); e 3.253/2009 (Deputado Fahim Sawan), ambos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.366/2008 na forma do vencido no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 4.933, 4.938, 4.966 e 4.971/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.530/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada visita ao Hospital das Clínicas para verificar o trabalho e a atual situação dessa instituição, e seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, com o intuito de debater e contribuir para a regulamentação da Lei nº 18.372/2009; Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a atual situação em que se encontra o Hospital São Francisco de Assis; Sebastião Costa em que solicita seja formulada manifestação de apoio dessa Comissão ao Ministério da Educação à instalação da faculdade de Medicina no Município de Sabinópolis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Arlen Santiago.

Ata da 25ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 18/11/2009

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Getúlio Neiva e Antônio Carlos Arantes (substituindo a Deputada Gláucia Brandão, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Getúlio Neiva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.781/2009, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.927, 4.965 e 4.969/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.668, 3.669 e 3.746/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Gláucia Brandão (2) em que solicita seja realizada reunião com convidados para discutir a importância da dança como expressão da cultura de Minas Gerais e seja realizada reunião de audiência pública para discutir com representantes do Ministério da Cultura e da Fundação Municipal de Cultura a implantação do Vale-Cultura no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a extraordinária de amanhã, dia 19/11, às 10 horas, no Município de Monte Sião, a fim de discutir o tombamento da Praça Prefeito Mário Zucato, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

Ata da 20ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 18/11/2009

Às 17h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ronaldo Magalhães, Sebastião Costa e Neider Moreira (substituindo o Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.113/2009 é retirado de pauta, atendendo a requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães aprovado pela Comissão. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva emite parecer que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 3.734/2009 na forma do Substitutivo nº 1. Anunciada a discussão, o Presidente informa que sobre a mesa se encontra proposta de emenda de autoria do Deputado Domingos Sávio. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, salvo proposta de emenda apresentada, que é aprovado. A seguir, submete a votação a proposta de emenda, que é rejeitada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Fábio Avelar - Padre João - Sebastião Costa.

Ata da 38ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 19/11/2009

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Carlin Moura (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco PMDB-PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, dá a ata por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a atuação de policiais militares e de seguranças particulares na campanha salarial dos trabalhadores de Betim e Contagem e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Jacson Rafael Campomizzi, Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais; Gilson Luiz Reis, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro Minas - e Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB -; Marcelino da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim; Adilson Pereira dos Santos, Coordenador Político do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, representando Francisco Xavier dos Santos, administrador do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região - Sindmetal -; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Padre João.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/11/2009

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.248, que estabelece diretrizes para a política de assistência aos portadores de epilepsia. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.882/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF/BNDES - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o "Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais" e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 12, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 3 a 12, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1 e 2, que apresenta; e as Emendas nºs 13 a 25, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7 e 9 a 12, da Comissão de Justiça; das Emendas nºs 16 e 24 e da Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a

Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.439/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 15.787, de 27/10/2005, e 17.006, de 25/9/2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 e pela apresentação da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.865/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, no Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outra providência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.742/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$21.470.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado e do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.863/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.898/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.900/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$10.735.468,01 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.876/2009, do Governador do Estado, que uniformiza os critérios gerais de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios, por órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo, no âmbito dos programas sociais que especifica. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.473/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.597/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.619/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela

constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.910/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Resende Costa o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.680/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.313, de 19/6/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.741/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Joaíma o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.854/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 11.396, de 6/1/94; 14.869, de 16/12/2003; 15.686, de 20/7/2005; 15.980, de 13/1/2006, e 15.981, de 16/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.864/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.017, de 8/1/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.959/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 32ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública com convidados, denúncias de desrespeito a portadores de deficiência visual, especialmente quando da utilização de transporte público municipal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 31ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.782/2009, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 33ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.876 e 3.882/2009, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 53/2009, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 2.960/2009, do Governador do Estado; 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.826, 3.865 e 3.899/2009, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 55 e 56/2009, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 3.481 (emendas), 3.875 e 3.880/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 31ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.379/2009, do Deputado Dimas Fabiano; e 3.806/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimento nº 5.003/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.412/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Requerimentos nºs 5.004/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 5.010/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.604/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.722/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.758/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.818/2009, do Deputado Ivair Nogueira; 3.835/2009, do Deputado Juarez Távora; 3.843/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.861/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.867/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.868/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.879/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.893/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.894/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Requerimentos nºs 5.011 e 5.012/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Finalidade: debater a importância dos cursos profissionalizantes e de qualificação profissional tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 25/11/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 25/11/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.829/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 34ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 25/11/2009

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.001/2009, da Deputada Ana Maria Resende, 5.038/2009, do Deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 25/11/2009, destinada à realização do seminário legislativo "Esporte, infância e adolescência - Caminho para a cidadania".

Palácio da Inconfidência, 24 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 25/11/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do veto à Proposição de Lei nº 19.248, que estabelece diretrizes para a política de assistência aos portadores de epilepsia; dos Projetos de Resolução nºs 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 2.473/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 2.597/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 2.619/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e 2.910/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; dos Projetos de Lei Complementar nºs 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o "Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais" e dá outras providências; e 53/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007; e dos Projetos de Lei nºs 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências; 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro; 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado; 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica; 3.439/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 15.787, de 27/10/2005, e 17.006, de 25/9/2007, e transforma cargos pertencentes ao Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia do Poder Executivo; 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004; 3.521/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mateus Leme o imóvel que especifica; 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Resende Costa o imóvel que especifica; 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009; 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007; 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências; 3.680/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.313, de 19/6/2002; 3.741/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Joáima o imóvel que especifica; 3.742/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$21.470.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado e do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor; 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências; 3.854/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 11.396, de 6/1/94; 14.869, de 16/12/2003; 15.686, de 20/7/2005; 15.980, de 13/1/2006, e 15.981, de 16/1/2006; 3.863/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; 3.864/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.017, de 8/1/2009; 3.865/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, no Município de Uberaba; 3.876/2009, do Governador do Estado, que uniformiza os critérios gerais de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios, por órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo, no âmbito dos programas sociais que especifica; 3.882/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF/BNDES - e dá outras providências; 3.898/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex -; 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outra providência; 3.900/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$10.735.468,01 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado; e 3.959/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Deputados Gustavo Valadares, Djalma Diniz, Adalclever Lopes, Irani Barbosa e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião a ser realizada em 25/11/2009, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a implantação de terminal rodoviário no Município de Nova Lima e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Zé Maia, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2009

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Lafayette de Andrada, Sávio Souza Cruz, Tenente Lúcio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Domingos Sávio, Presidente "ad hoc".

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Délio Malheiros, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2009, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Ademir Lucas, Presidente "ad hoc".

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre a Arbitragem

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Neider Moreira, Ivair Nogueira, Alencar da Silveira Jr. e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Mosconi, Délio Malheiros, Gilberto Abramo e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre as emendas apresentadas no 1º turno à Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.032/2008, do Deputado Ruy Muniz, e para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.939/2007, do Deputado Leonardo Moreira, e de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.980/2009, do Deputado Weliton Prado, e 5.016/2009, da Comissão de Direitos Humanos; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

João Leite, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### REQUERIMENTOS

Do Deputado Lafayette de Andrada (2) em que solicita sejam os Projetos de Lei Complementar nºs 53 e 55/2009 distribuídos à Comissão de Fiscalização Financeira para receberem parecer, respectivamente, para o 2º e o 1º turnos.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.379/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Dimas Fabiano, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Esporte Clube Recreativo Rio Verde, com sede no Município de Varginha.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.379/2009 pretende declarar de utilidade pública o Esporte Clube Recreativo Rio Verde, com sede no Município de Varginha, que tem como finalidade proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol amador.

Para a consecução de seus objetivos, compete em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, além de promover reuniões de caráter social e cultural. Dessa maneira, incentiva as pessoas, através do esporte e da cultura, a se tornarem agentes de sua própria transformação e colaboradores na construção de uma sociedade justa e solidária.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.379/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.806/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva Guaxupé, com sede no Município de Guaxupé.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.806/2009 pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva Guaxupé, com sede no Município de Guaxupé, que tem como finalidade promover atividades esportivas, sociais, recreativas, culturais e cívicas.

É relevante mencionar que a referida entidade incentiva a prática da educação física em todas as suas modalidades, principalmente o futebol e esportes amadores, notadamente os olímpicos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.806/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.829/2009

Comissão de Cultura

#### Relatório

De autoria do Deputado Inácio Franco, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Banda de Música Lira Musical Nossa Senhora das Dores, com sede no Município de Igaratinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.829/2009 pretende declarar de utilidade pública a Banda de Música Lira Musical Nossa Senhora das Dores, com sede no Município de Igaratinga, que possui como finalidade promover e divulgar a música, assim como estimular o exercício da cidadania por meio da arte musical. Na consecução de seus propósitos, participa de eventos sociais e cívicos no Município e na região.

Dessa maneira, incentiva as pessoas, através da cultura, a se tornarem agentes de sua própria transformação e colaboradores de uma sociedade justa e solidária.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.829/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, relator.

#### Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.512/2007

Comissão de Saúde

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Arlen Santiago, disciplina o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias, no âmbito do Estado de Minas Gerais, de modo a proporcionar segurança e higiene ao consumidor.

A matéria foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, para análise preliminar, a qual concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Em seguida, foi o projeto encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, que, em sua análise do mérito opinou pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou.

Por requerimento do autor, o projeto foi encaminhado a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XI, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em estudo pretende disciplinar o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias, no âmbito do Estado de Minas Gerais, com o fim de assegurar segurança e higiene ao consumidor.

O art. 1º do projeto dispõe que a venda de produtos de conveniência nas farmácias e nas drogarias deverá observar critérios que garantam a segurança do consumidor. Já o art. 2º traz um rol exemplificativo dos artigos de conveniência. O art. 3º do projeto veda expressamente a venda de bebidas alcoólicas nesses locais.

A matéria está prevista na Lei Federal nº 5.991, de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências. A referida norma, no art. 4º, incisos X, XI e XX, traz os conceitos de farmácia, drogaria e loja de conveniência ou "drugstore". Este conceito - lojas de conveniência ou "drugstore" - foi introduzido pela Lei nº 9.069, de 1995: "Estabelecimento que, mediante autosserviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, entre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia ou da noite, inclusive nos domingos e feriados". Dessa forma, tal comércio ficou permitido, em tese, nos estabelecimentos de farmácia e drogaria, desde que conste no objeto social da sociedade e de seu licenciamento.

O Decreto nº 74.170, de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.991, de 1973, consolida, em seu art. 2º, os conceitos já estabelecidos na referida lei e, no art. 3º, regulamenta o comércio farmacêutico.

Recentemente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - editou a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC - nº 44/2009, que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. O art. 29 da referida RDC prevê que a comercialização de produtos em farmácias e drogarias obedecerá a condições estabelecidas em legislação sanitária específica. Trata-se da Instrução Normativa nº 9, de 17/8/2009, que dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias.

Verifica-se que não há, no âmbito do Estado, lei que discipline o comércio de produtos em farmácias e drogarias. O projeto traz, portanto, inovação jurídica.

Consideramos que algumas alterações devem ser feitas no projeto em análise, tanto para adequá-lo à boa técnica legislativa quanto para ampliar o objeto da proposição.

Dessa forma, apresentamos o Substitutivo nº 1, em que incluímos um dispositivo para tratar do licenciamento de farmácias, drogarias e lojas de conveniência ou "drugstores", bem como acrescentamos um artigo com previsão de penalidades, no caso de inobservância do comando do projeto. Além disso, o art. 1º do substitutivo não trata apenas do comércio de produtos em farmácias e drogarias, mas também da prestação de serviços nesses locais.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.512/2007, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Parágrafo único - Os artigos de conveniência em geral serão expostos em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em balcões, estantes e gôndolas separados fisicamente dos medicamentos.

Art. 2º - As lojas de conveniência e "drugstores" poderão funcionar no mesmo estabelecimento das farmácias e drogarias, desde que as atividades por elas desenvolvidas façam parte do objeto social da sociedade e mediante a expedição, pelo órgão responsável pelo licenciamento, de alvarás sanitários específicos, observado o disposto no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - É expressamente proibida a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator, no que couber, às penalidades previstas no art. 97 da Lei nº 13.317, de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado, ou nos arts. 56 a 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que contém o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente e relator - Arlen Santiago - Carlos Pimenta.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.749/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.749/2009, de autoria do Deputado Carlos Gomes, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Agricultoras Rurais Unidos Venceremos do Município de Almenara, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.749/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Agricultoras Rurais Unidos Venceremos, com sede no Município de Almenara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Agricultoras Rurais Unidos Venceremos, com sede no Município de Almenara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ademir Lucas.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.768/2009

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.768/2009, de autoria do Deputado Paulo Guedes, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Bonita, com sede no Município de Itacarambi, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.768/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Bonita, com sede no Município de Itacarambi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Bonita, com sede no Município de Itacarambi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Ronaldo Magalhães.

## Discursos Proferidos 18/11/2009

O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, demais Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna, nesta tarde, para tratar de um assunto que faz parte do dia a dia de todos nós, parlamentares desta Casa. Um dos nossos principais deveres é legislarmos em prol do nosso Estado e da população mineira.

Há aproximadamente dois anos, Sr. Presidente, mais especificamente no dia 29/6/2007, foi publicado no "Diário do Legislativo" um projeto de lei de minha autoria que já havia sido protocolado na Secretaria da Mesa e se refere a uma política de estímulo à cidadania fiscal do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Venho a esta tribuna falar um pouco mais aos pares desta Casa e à população mineira sobre esse projeto que hoje tem o nº 1.316/2007 e que pode ser facilmente encontrado no "site" da Assembleia Legislativa e no "site" pessoal deste parlamentar. Enfim, são vários os caminhos que levam a esse projeto de lei. Não tenho receio algum em dizer que esse projeto é semelhante, idêntico a um projeto de lei de autoria do Sr. José Serra, Governador de São Paulo. Com pouco tempo de tramitação, ele se tornou lei nesse Estado e, desde então, vem trazendo inúmeros benefícios à população paulista e ao governo do Estado de São Paulo. Como funciona esse projeto da cidadania fiscal? Primeiro é bom esclarecer o motivo do nome "cidadania fiscal". É um projeto que visa estimular o cidadão mineiro a reivindicar, em qualquer estabelecimento onde venha a adquirir mercadorias e bens ou mesmo onde venha a contratar serviços de transporte interestadual e intermunicipal, estando o fornecedor ou prestador de serviço localizado em Minas Gerais, uma nota fiscal eletrônica relativa ao serviço contratado ou à mercadoria adquirida. De que forma o estímulo é feito? O governo do Estado oferece ao cidadão um estímulo de 30% no valor do ICMS devido na nota fiscal eletrônica como bônus que passa a ser computado numa conta específica do cidadão e que tem a validade de até cinco anos. Acaba de adentrar ao Plenário o Deputado Pinduca Ferreira. Por exemplo, o Deputado Pinduca Ferreira vai ao supermercado ou a uma padaria ou à Ceasa comprar alguns produtos que estão fazendo falta em sua casa. Então, vai requerer ao fornecedor uma nota fiscal eletrônica no valor devido. Na verdade, 30% do valor do ICMS daquela nota será computado como bônus para o Deputado Pinduca Ferreira, que fará isso ao longo do ano. Os bônus vão sendo acumulados.

Deputado João Leite, no final do ano, ou seja, no final do primeiro exercício - e é bom que se diga que o bônus tem uma validade de até cinco anos -, o cidadão poderá requerer da Secretaria de Fazenda o valor total gerado a título de bônus para poder descontar no valor do IPVA do exercício subsequente, que virá obviamente em janeiro. Todos nós que somos proprietários de veículos automotores, como uma de nossas obrigações, temos de pagar o IPVA. Portanto, poderemos requerer o valor do bônus em dezembro para ter desconto no IPVA, que será gerado em janeiro. Se não quisermos que seja dessa forma, poderemos também transferir esse bônus para um terceiro, pessoa física ou jurídica. Poderemos também requerer que esse nosso bônus seja destinado a uma entidade sem fins lucrativos que preste algum serviço de assistência social ou algum serviço que beneficie uma parcela menos favorecida da população do Estado. Esse é o teor do Projeto de Lei nº 1.316/2007, de minha autoria, que já se tornou lei no Estado de São Paulo e que há dois dias foi tratado também como novidade aqui na cidade de Belo Horizonte pelo Vereador Iran Barbosa, filho do nosso colega Deputado Irani Barbosa, o qual, de forma brilhante, apresentou uma emenda ao projeto de lei do IPTU dando desconto no valor da alíquota de IPTU aos cidadãos que requererem notas fiscais referentes ao ISS, um imposto municipal. O Vereador Iran Barbosa conseguiu a sua aprovação porque teve a aprovação do Prefeito de Belo Horizonte e da Secretaria Municipal de Fazenda. Da mesma forma, o governo de São Paulo conseguiu a aprovação porque teve anuência dos nobres pares da Assembleia Legislativa desse Estado, mas também contou com o aval da Secretaria de Fazenda paulista.

O que me assusta, Deputado Neider Moreira, é que a nossa Secretaria de Fazenda, que deveria acompanhar o pensamento vanguardista do governo de Minas Gerais, do Governador e do Vice-Governador, trava as portas para um projeto que vem dando certo, ou melhor, que está dando certo em São Paulo e que dará certo na cidade de Belo Horizonte. Na verdade, o projeto visa estimular o cidadão a ser mais um fiscal do Estado contra o caixa dois, contra o desvio do dinheiro que deveria ser pago pelo empresário ao Fisco. Parece que a visão que a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais tem é que, quando apresentamos um projeto de lei que dá bônus ao cidadão mineiro sobre toda nota fiscal por ele requerida, o governo do Estado perderá a arrecadação. É óbvio que isso não vai acontecer. O Estado de Minas Gerais, com toda a certeza, passará a ter arrecadação.

Se não me engano, hoje somos aproximadamente 17 milhões de mineiros - coloco-me à disposição para ser corrigido por qualquer um dos nobres pares. Então, teríamos 17 milhões de fiscais trabalhando 24 horas por dia em prol da melhora da arrecadação do Estado. E, para isso, receberiam uma contrapartida justa, que seria o desconto no IPVA do ano subsequente ou o depósito em conta.

Esqueci-me de dizer que o cidadão pode requerer da Secretaria de Fazenda que seja depositado o bônus em conta-corrente. O que mais me estranha é a inércia e a má vontade da Secretaria de Fazenda mineira em acatar tal projeto. Trago números que não mentem. O Estado de São Paulo já está com essa lei em vigor há aproximadamente dois anos - aliás, completou dois anos no último mês de outubro - e já chegou à marca de 1,5 bilhão de créditos e prêmios distribuídos aos contribuintes. Num primeiro momento, isso obviamente assustará o Secretário e os Assessores e funcionários da Secretaria de Fazenda de Minas.

Mas há o contraponto. A Nota Fiscal Paulista, que é como essa lei é conhecida hoje em São Paulo, aumentou a arrecadação. Vou citar os aumentos por setor. No setor de restaurantes houve incremento de 38,6% na arrecadação em virtude do advento da Lei da Cidadania Fiscal; no de padarias, exemplo dado por mim quando falava com o Deputado Pinduca Ferreira, de 19,8%; no de saúde, esporte e lazer, de 37,8%; no de automóveis, de 27,4%; no de casa e escritório, de 30,2%. Se fizermos uma média de todos os setores da economia de São Paulo, esse aumento ultrapassa 22%. O mais interessante é que quase 28 milhões de consumidores paulistas já foram beneficiados ao menos uma vez e já existem mais de 530 mil estabelecimentos cadastrados no Estado por conta da Lei da Cidadania Fiscal.

Aqui, em Minas, estamos enfrentando resistência. Essa resistência tem nome e sobrenome: Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. Explicarei aos nobres pares e aos senhores e senhoras que nos assistem como se dá a tramitação de um projeto nesta Casa. O parlamentar protocola o projeto na Secretaria-Geral da Mesa. Esse projeto ganha número - este aqui é o nº 1.316/2007 - e passa a tramitar em algumas comissões para ser aperfeiçoado, até chegar ao Plenário. A primeira comissão pela qual ele passa é a de Justiça. Esse projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça, e meu colega, amigo, companheiro de partido até bem pouco tempo atrás, Deputado Delvito Alves, foi designado como seu relator. De forma inteligente, em 11/3/2008 - já estamos em 18/11/2009 -, o Deputado Delvito Alves baixou o projeto de lei da cidadania fiscal em diligência à Secretaria de Fazenda para que fosse analisado pelos técnicos da Pasta, a fim de que recebesse contribuições e de que o aperfeiçoassem, Deputado Almir Paraca.

Já disse isso aqui, mas volto a frisar que esse projeto é benéfico a todos: ao governo do Estado e ao cidadão mineiro. O relator não recebeu até hoje resposta a esse pedido de diligência à Secretaria de Fazenda, o que demonstra má vontade do órgão para com esse projeto de lei, que beneficiaria a ele próprio.

Qual é o principal objetivo da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais? Buscar sempre o incremento da arrecadação para que o governo atinja seu objetivo número um, que é fazer investimentos no Estado de Minas Gerais. A Secretaria de Fazenda, ao fechar os olhos, ao fechar as portas para um projeto de lei como este, está fechando também as portas para o incremento, para o aumento da arrecadação do Estado. A Secretaria de Fazenda tem hoje, Sr. Presidente, uma visão muito simplória a respeito de como funciona a arrecadação do Estado. O mundo mudou. Precisamos, hoje, de novos instrumentos, de novas ferramentas. Precisamos usar as ferramentas da modernidade e, mais do

que isso, precisamos ter o contribuinte e o cidadão mineiro como parceiros do Estado na busca do aumento da arrecadação. Então, venho hoje a esta tribuna solicitar à Secretaria de Estado de Fazenda que reveja sua posição em relação ao Projeto de Lei nº 1.316/2007, não por ser de autoria deste parlamentar nem por estar parado há um ano e meio nesta Casa, mas porque é benéfico não só ao Estado de Minas Gerais, mas também à sua população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Nossos cumprimentos às Deputadas e aos Deputados deste Parlamento, aos Agentes Penitenciários que estão em vigília buscando seus direitos, a todos os funcionários e assessores desta Casa e aos telespectadores da TV Assembleia. No próximo dia 20 de novembro, comemoraremos o Dia Nacional da Consciência Negra. Ontem, dia 17 de novembro, estivemos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando a Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial desta Casa, no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Promoção da Igualdade Racial da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a convite do Presidente desta Frente, Vereador Edinho Ribeiro. A partir da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir - que aconteceu no atual governo federal, criou-se um movimento nacional de debate e conscientização dos direitos da comunidade negra, de indígenas e de toda a população. Pela Constituição, todos têm seus direitos; todos têm o direito de não serem discriminados, de serem respeitados, de disporem de políticas públicas que lhes garantam qualidade de vida. A abolição da escravidão, a libertação dos negros e das negras deste país ocorreu apenas no papel. Na época, não tiveram seus direitos garantidos. Deixaram de ser escravos apenas no papel, já que não tiveram direito à educação, à saúde, ao emprego etc. De lá para cá, essas pessoas têm travado uma luta árdua com o intuito de conquistar esses direitos, que são de todos os cidadãos e cidadãs deste país. Para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o governo federal promoverá uma série de atividades. De 20 a 22 de novembro, o próprio Presidente Lula e o Ministro Edson Santos estarão em Salvador. Desde 1970, uma das grandes reivindicações do Movimento Negro é que o dia 20 de novembro seja feriado nacional. Hoje 757 cidades no País já decretaram feriado facultativo nesta data. O Movimento Negro de todo o País estará presente em Salvador, de 20 a 22 de novembro, fazendo uma grande caminhada em defesa das políticas públicas e reparatórias. O Presidente Lula também deverá assinar, no dia 20 de novembro, em Salvador, 30 decretos que regularizam 342.000ha de terras que passarão a pertencer a 3.808 famílias quilombolas. É o direito à terra, ao título de propriedade. A partir dessa decisão, o Presidente do Incra adotará as medidas legais para os processos de avaliação dos imóveis e indenização dos proprietários, a fim de garantir esses terrenos aos quilombolas. Com isso, essas famílias passam a ter acesso a todo território nacional e, posteriormente, ao título de domínio definitivo das terras, que é coletivo e inalienável, não pode ser vendido nem cedido. Por se tratar de uma política estruturante de relevância para as comunidades quilombolas, elas também devem ter uma atenção redobrada quanto a programas como o Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, Cozinhas Comunitárias e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Vários Municípios têm uma ampla programação nesse período. Recebemos várias programações das Prefeituras de Betim e Contagem. Tivemos o lançamento do mês de reflexão sobre os direitos das pessoas, das comunidades quilombolas e dos negros. Na Prefeitura de Contagem, temos a Coordenadora Adalet; em Betim, a Ofélia; em Belo Horizonte, a Graça Sabóia. Em Boa Esperança, no Sul de Minas e em inúmeras cidades, teremos grandes movimentos nesse período. Em Formiga também haverá um movimento bastante intenso. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - tem uma programação nesse período, nessa semana, envolvendo os movimentos que defendem a igualdade racial. Ontem, na Câmara Municipal, falamos para os Vereadores, para as lideranças, para as comunidades quilombolas e representantes dos movimentos que defendem a promoção da igualdade racial. Pudemos refletir sobre um aspecto que diz respeito à questão das comunidades negras e também à segurança pública, que é exatamente o nosso compromisso nesta Casa, na Comissão da qual participamos. Participamos da Conferência Nacional da Segurança Pública, em que foram eleitos 10 princípios. Hoje, na reunião da Comissão de Segurança Pública, ficou definido que teremos uma reunião com representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Defesa Social do Estado e da nossa Comissão de Segurança Pública para discutirmos procedimentos que possam, efetivamente, fazer acontecer esses princípios e diretrizes que foram votados em Brasília. Certamente alguns passos estão sendo dados, mas é importante que isso seja feito de maneira organizada e com a participação das três esferas de Poder, com o envolvimento também, nesses convites, dos Municípios de Minas Gerais. Nessa conferência, indicou-se, entre os 10 princípios que mencionamos, a necessidade de reestruturação do sistema penitenciário, tornando-o mais humanizado e respeitador das identidades, com capacidade efetiva de ressocialização dos apenados, garantindo legitimidade e autonomia na sua gestão, privilegiando formas alternativas à privação da liberdade e incrementando as estruturas de fiscalização e monitoramento. Temos acompanhado de perto essa questão durante as viagens que a Comissão de Segurança Pública tem feito a todo o Estado de Minas Gerais, sobretudo às cidades que são polos das regiões integradas de segurança pública. Estivemos recentemente em Unai e iremos na próxima terça-feira a Ipatinga, e nos chamou a atenção, entre outras, a questão das penitenciárias. Hoje, dia 18, saiu publicada no diário oficial do Estado uma matéria relacionada ao fato de a Secretaria de Defesa Social estar assumindo também as delegacias, tirando o cuidado dos presos da responsabilidade das Polícias Civil e Militar. Sabemos que esse é um grande passo, mas queremos que, nesse contexto, seja pontuada a necessidade de aprofundarmos a discussão. Em Minas temos 46 mil presos, e a grande maioria são jovens, pobres e negros. Assim, precisamos da colaboração de todos. Por isso esse debate foi feito hoje na Comissão, ressaltando-se a necessidade de esta Casa continuar a contribuir - e ela já tem dado sua contribuição à questão penitenciária, seja por meio de debates públicos, seja por meio das comissões especiais; precisamos continuar porque já existe investimento para a transformação dessas cadeias -, como diz o diário oficial - em sistemas de penitenciárias, ou seja, esses detentos terão direito também ao estudo e à profissionalização, mesmo estando presos lá sem ainda ser condenados. Se um jovem fica 60 dias, 90 dias em uma cadeia, nesse tempo ele está totalmente ocioso. É impossível deixarmos os jovens nessa situação, em nosso país e em nosso Estado. É preciso que todas as pessoas que têm essa consciência deem sua contribuição.

O Conselho Regional de Psicologia tem feito amplo debate, assim como as entidades que defendem os direitos humanos, a Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Direitos Humanos. Não podemos admitir que recursos públicos sejam envolvidos para manter presos esses jovens, que saem em situação pior do que a que entraram em termos de ressocialização. Queremos que o dinheiro seja realmente investido para que, em todas as cadeias, penitenciárias e Ceresps, o jovem, permanecendo um dia ou uma semana, tenha uma estrutura que o ajude a sair da situação em que está, pois, certamente, eles são vítimas dessa nossa sociedade tão desigual. Não estou querendo, de forma alguma, justificar o crime nem passar a mão na cabeça deles, mas, sim, garantir-lhes condições para mudarem sua vida. Eles tomaram esse caminho em razão de causas estruturais da nossa sociedade: problemas e desestruturação familiar, reforço da violência por parte da maioria da mídia etc. Queremos que eles realmente tenham oportunidade de mudar sua vida e ser ressocializados, e isso passa por educação, profissionalização e oportunidade de ter uma experiência de espiritualidade e convivência com a sociedade organizada. Por isso as Apacs, hoje, ressocializam 85% de seus detentos, enquanto o sistema comum consegue esse resultado com, no máximo, 15%. A sociedade também deve participar, pois não se concebe atualmente segurança pública sem envolvimento das três esferas do poder e da sociedade civil. Nesse contexto, queremos citar o caso dos Agentes Penitenciários, que estão em vigília nesta Casa durante todo esse período. Estão organizados, reivindicando seus direitos. Se queremos defender os jovens detentos, precisamos que os profissionais de segurança tenham seus direitos garantidos. Queremos realmente uma solução imediata. Esta Casa tem se mobilizado e, publicamente, quero dizer que nosso Bloco PT-PCdoB-PMDB e vários Deputados governistas têm contribuído para o debate e estão colaborando a fim de haver verdadeiramente uma saída por meio do diálogo. Eu, pessoalmente, respeito o trabalho que o Secretário Maurício Campos tem feito em Minas Gerais, avançando na humanização das penitenciárias. Por isso, dizendo de público, temos de reivindicar e solicitar que haja uma solução imediata para esse impasse. É preciso reconhecer que se trata de jovens Agentes Penitenciários, muitos têm família, filhos, e estão nesta Casa reivindicando. Muitos são mulheres Agentes, com 15 anos de trabalho, portanto não podemos, de forma nenhuma, penalizar esses profissionais, esses jovens. Queremos que haja um diálogo, que esse impasse seja solucionado. Isso será para o bem dos profissionais, para o bem do Estado de Minas Gerais, da nossa sociedade, e para o bem daqueles que estão detentos, porque muitos desses profissionais colaboraram, por muitos anos, na ressocialização desses jovens, daqueles que estão como detentos. Podemos levantar um histórico e comprovar isso, essa contribuição. Então que neste momento prevaleça o diálogo, o bom-senso e a lei no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãs e cidadãos de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, Agentes Penitenciários que lutam por seus direitos; hoje é um dia importante na continuidade desses entendimentos.

Sr. Presidente, gostaria de anunciar que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa deverá realizar, em meados do mês de dezembro, uma reunião importante para tratarmos de uma questão muito delicada. Refiro-me ao surgimento ou à continuidade no Brasil de algo lamentável para todos nós, que é o crescimento dos "sites" neonazistas.

Com prazer, concederei aparte ao Líder da Maioria na Assembleia Legislativa, Deputado Domingos Sávio. Em seguida, abordarei os temas que me trazem à tribuna. V. Exa. tem a palavra.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado João Leite, primeiro quero cumprimentá-lo e dar o testemunho de que, desde o primeiro momento em que enfrentamos as dificuldades relacionadas à área de segurança, de modo especial envolvendo os nossos prezados servidores públicos Agentes Penitenciários, a quem cumprimento, V. Exa. sempre teve - como é característico de sua vida parlamentar e, permita-me dizer, até pessoal, pelo seu lado humanista, pela sua preocupação com a justiça - uma palavra na busca do entendimento e do respeito a cada cidadão. E, lógico, sem deixar de lado a lei e o direito de todos. É nesse sentido que quero ainda me unir a V. Exa., a fim de ratificar esse espírito de busca de entendimento.

Eu já havia comunicado que eu e o Deputado Mauri Torres reunimo-nos, no início da semana, na segunda-feira, no final do dia, com o Secretário Maurício Campos. Agora à tarde, estaremos ao lado de V. Exa. - porque considero fundamental sua presença, pelo seu espírito moderado - e, obviamente, ao lado dos colegas Deputados que representam a Oposição nesta Casa, para, mais uma vez, conversar com o Secretário Maurício Campos. Estaremos com o Líder Deputado Mauri Torres, o Líder Deputado Padre João, e com outros que deverão estar se somando ao mesmo propósito.

Vemos com otimismo e, é claro, com consciência, que temos dificuldades, algumas até difíceis de ser transpostas. No entanto, é importante destacar que tem havido diálogo e, até para que ele continue, não cabe de lado a lado nem a nós, da base do governo, dizer que não existe problema. Não seria sensato, justo nem verdadeiro, assim como não são as colocações que não correspondem à verdade, como chamar o governo de irresponsável, de autoritário, dizer que ele não dialoga, que não respeita e que não analisa. Tive a oportunidade de relatar que vi - e até trouxe algumas cópias nesta pasta - que tem sido analisado caso a caso; por sinal, uma grande parcela já retornou ao trabalho.

Nosso desejo é resolver o problema de todos. E onde houver necessidade de punição, que não implique necessariamente a perda do emprego. Por outro lado, existem regras. Por exemplo, o servidor chamado efetivo passou em concurso público e se sujeita ao Estatuto dos Servidores. Um processo administrativo é aberto, e há um trâmite de defesa que a lei prevê. Obviamente, o Estado tem de cuidar disso. Esperamos que todas essas defesas ocorram democraticamente, respeitosamente, seriamente, para que não haja, em hipótese alguma, possibilidade de uma postura autoritária, autocrática, de um lado só. Estaremos juntos com V. Exa. e com os Deputados que representam a Oposição levando essa palavra de entendimento, de diálogo, para que prevaleça o bom-senso.

Já disse aqui no início e, até em gesto de respeito a todos, mantenho minha posição. Seria tentar tapar o sol com a peneira, ser desrespeitoso com o servidor, fazer de conta que não aconteceu absolutamente nada e ficar o dito pelo não dito, sem nenhum processo administrativo, sem uma punição, sem absolutamente nada contra ninguém. Seguramente, a Secretaria de Estado não tem nem poder para aceitar isso, porque estaria rompendo com a regra do jogo democrático que estabelece para cada servidor direitos e deveres. Mas não se pode também permitir que a mão pesada do Estado - como se disse em várias ocasiões ao longo da história, e, pior, naqueles momentos de ditadura - faça toda uma análise sem ouvir o trabalhador, sem dar o direito de defesa, sem analisar caso a caso. Pude ouvir do Secretário que ele está analisando caso a caso.

E já concluo dizendo que estaremos lá, e é fundamental sua presença. E agora, mais do que nunca, estando lá Deputados da base do governo e da Oposição, verificaremos, de maneira muito transparente, o que ocorreu, o que está ocorrendo e quais as soluções mais adequadas e justas para esse episódio.

É isso que queremos, porque não comungamos com a postura daqueles que adotam a linha que o senhor abordará agora. Aproveito de antemão para manifestar meu repúdio, porque ouvi de V. Exa., na abertura de suas palavras, que vai manifestar sua preocupação com o crescimento do neonazismo, daqueles que não têm o menor respeito pela vida, pelo ser humano e que, portanto, não estão preparados para o convívio com a sociedade. Muito obrigado, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Eu é que agradeço, Deputado Domingos Sávio, sua manifestação, sempre com colocações tão inteligentes. Por isso V. Exa. vem conduzindo a base do governo na Assembleia Legislativa com tanta competência. Todos nós admiramos sua inteligência e seu trabalho.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte) - Iria até esperar um pouco mais a sua fala para fazer este aparte, mas, como o Deputado Domingos Sávio já falou, aproveitei o vácuo - não de suas palavras, mas da oportunidade - para falar também.

Peço ao Presidente da Comissão de Segurança Pública para verificar o que pode ser feito, porque esta manhã, por volta das 8 horas, dois bandidos armados - e eram mais de dois, porque havia um que dava cobertura aos demais pelo lado de fora - entraram na sede administrativa da Igreja do Evangelho Quadrangular e espalharam o terror, à procura do Pastor Mário de Oliveira. Eles insistiam querendo saber, a todo custo, onde ele estava.

Isso significa, para mim, uma ameaça à vida do Pastor Mário de Oliveira. Certamente deve haver alguém por trás disso. Peço ao Presidente da Comissão de Segurança Pública que tome alguma atitude, conforme é de praxe nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Imediatamente, aproveitando até a nossa presença hoje na Secretaria de Defesa Social, levaremos sua preocupação. Lamentamos a invasão à sede da Igreja do Evangelho Quadrangular, tão importante no Estado de Minas Gerais e no Brasil, assim como a vida tão preciosa do Pastor Mário de Oliveira. Faremos os devidos encaminhamentos. A Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão, também ouviu as palavras do Deputado Antônio Genaro. Solicitaremos informações a respeito do episódio e segurança para a sede da igreja e para o Pastor Mário de Oliveira.

Espero que, como disse o Líder Deputado Domingos Sávio, a Deputada Maria Tereza Lara, que desde o início, a partir da reunião com a Renata Vilhena, representou a Comissão de Segurança Pública, também possa acompanhar-nos na reunião, que ocorrerá na Secretaria de Defesa Social, às 16h30min.

De abril até agora, foram criados, no Brasil, 3 milhões de "sites" neonazistas. Repito: 3 milhões de "sites" neonazistas, cujo tema é o neonazismo no Brasil. O público-alvo dos neonazistas são os maçons e os judeus, que são tomados como os culpados de todos os males do mundo. Eles sempre perguntam em seus "sites": "Você já torturou um judeu hoje? Você já agrediu um judeu hoje?". Fazem essa pergunta o tempo todo. E, mais impressionante ainda, os neonazistas querem fundar um partido político no Brasil. Eles têm grande apoio fora do País daqueles que desconhecem os judeus e o Estado de Israel, a ponto de quererem a destruição desse país. Esses são os grandes aliados dos neonazistas no mundo.

Na segunda-feira, o Presidente Lula, o governo brasileiro receberá um grande inimigo dos judeus, um grande inimigo das mulheres, um grande inimigo dos homossexuais, um grande inimigo da vida. O Brasil receberá Ahmadinejad, Presidente do Irã, com pompa, como uma grande autoridade. Mas quem é Ahmadinejad? Um Presidente que tem usado todos os espaços de fala para destilar seu veneno. Em abril deste ano, ele aproveitou o microfone na conferência da ONU de combate ao racismo, em Genebra, para destilar o seu veneno. Dezenas de líderes retiraram-se da audiência para não ouvir seus insultos. Ele insultou Israel, país que quer ver destruído. Infelizmente, a delegação do Brasil se manteve ali, fazendo quórum. Até o Secretário-Geral da ONU lamentou o episódio, afirmando que nunca havia assistido a esse tipo de comportamento destrutivo numa assembleia por qualquer país-membro.

O Brasil não aceita discursos que não condigam com o respeito aos direitos humanos. O governo iraniano tem insistido no desenvolvimento de um programa nuclear, ignorando os apelos da comunidade internacional, que busca um mundo sem armas atômicas e sem armas de destruição em massa.

Por que será que o Irã ocultou da comunidade internacional, por 18 anos, um programa de enriquecimento de urânio, que foi descoberto apenas em 2003, pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA? Como acreditar na justificação de fins pacíficos para o desenvolvimento de um programa nuclear, quando o Chefe da nação iraniana carrega consigo um discurso belicoso e agressivo?

"No Irã não existem homossexuais". Essa declaração de Ahmadinejad, realizada durante um discurso na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, em 2008, contrapõe-se aos milhares de enforcamentos de homossexuais no Irã todos os anos, geralmente em praça pública. Lá a homossexualidade é punida com pena de morte. As leis do Irã também desrespeitam, entre outros, o direito à igualdade entre homens e mulheres. Os chamados crimes de adultério cometidos por mulheres são punidos com apedrejamento até à morte. Mulheres vítimas de estupro também são condenadas à morte, sob acusação de o terem provocado. O Irã também infringe a Convenção Internacional sobre os Direitos da Infância, da ONU, que proíbe penas capitais a menores de 18 anos ou para crimes cometidos antes dessa idade. Lá a responsabilidade penal começa aos 15 anos de idade para homens e aos 9 para mulheres. A pintora iraniana Delara Darabi foi executada em maio deste ano por um crime supostamente cometido antes dos 18 anos, cujas provas periciais a inocentaram.

Reiteradas vezes, o Sr. Ahmadinejad tem expressado publicamente a negação do assassinato de mais de 6 milhões de pessoas pelo regime nazista durante a Segunda Grande Guerra Mundial, tendo sido mortos sobretudo judeus, mas também ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová e pessoas com deficiência física ou mental.

O meu tempo não permite mais, mas há uma lista de agressões à vida humana, porque para o Sr. Ahmadinejad a vida não vale nada. Para nós, a vida vale muito. Terminando, Sr. Presidente, quero lembrar aos brasileiros que muitos de nós, inclusive o próprio Presidente Lula, com o seu sobrenome Silva e por ter nascido em Pernambuco, podem ser judeus, os judeus Sefaradin, dos que vieram da Península Ibérica e adotaram, perseguidos pela Inquisição Ibérica, nomes de árvores, como Silveira, Oliveira, Siqueira, Pereira, e nomes de animais, como Coelho, Lobo e outros nomes.

Todos nós - porque eu sou Leite da Silva também - corremos o risco de cair nas mãos de Ahmadinejad se formos judeus Sefaradin. Por causa do nosso sobrenome, podemos estar na lista de Ahmadinejad. Cuidado, Presidente Lula, com esse encontro com Ahmadinejad, porque em Pernambuco tivemos a primeira sinagoga da América Latina. Quando expulsos, os judeus, junto com os holandeses, fundaram Nova Iorque. O cemitério judeu em Nova Iorque tem lá sepultado João de Oliveira, um daqueles que saiu de Recife e fundou Nova Iorque. Então, muitos brasileiros podem correr o risco de ser mortos e destruídos porque Ahmadinejad já disse que quer exterminar Israel e os judeus. Muito obrigado. Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, quero fazer um cumprimento especial aos nossos Agentes Penitenciários, que aqui estão há vários dias, fazendo penitência nesta Casa. Quero cumprimentá-los e falar do respeito que temos pelos servidores públicos deste Estado e, obviamente, pela luta que estão travando. Infelizmente, o lado mais fraco é certamente o dos servidores. Cumprimento os Oficiais de Justiça, que também se fazem presentes nas galerias e que igualmente vêm travando sua luta, apesar de, até o presente momento, o Poder Judiciário ainda não ter tido o descalabro de fazer com os Oficiais o mesmo que foi feito com os Agentes, uma vez que o citado Poder está respeitando o direito de greve dos Oficiais de Justiça. Então, eles aqui estão se manifestando e aguardando a aprovação do Projeto de Lei nº 2.968/2009, que trata do adicional de desempenho dos servidores do Judiciário. Por último, queremos cumprimentar os policiais e os bombeiros militares e, especialmente, as nossas queridas policiais e bombeiras militares, os quais se fazem presentes nas galerias.

Tenho três assuntos para abordar em pouco tempo e tentarei fazer isso da melhor forma possível. Antes, porém, queremos voltar à questão dos Agentes Penitenciários, que fizeram uma manifestação, uma greve legítima, mas, infelizmente, a Secretaria de Defesa Social, após acionar o Poder Judiciário, que dessa vez não foi lento nem moroso, mas rápido, aplicando, por meio de uma liminar, uma multa diária de R\$50.000,00 às entidades dos Agentes Penitenciários contratados e efetivos, tornou impossível a continuação da greve. O pesadelo não parou por aí, porque com isso veio a demissão, em massa, de mais de 500 servidores, entre efetivos e contratados, absurdamente ao arrepio da lei. Essa é uma realidade que não podemos negar.

Também sou homem de diálogo e gosto do diálogo até mesmo quando as pessoas nos empurram com a barriga. Insistentemente, tentamos resolver a situação por meio do diálogo. Espero que, com a presença dos líderes desta Casa, às 16h30min, na Secretaria de Defesa Social, o Secretário reconheça que cometeu um erro grave e retorne todos os Agentes Penitenciários a seus postos. Essa é a única forma de corrigir o erro que cometeu. A partir daí, deverá ser instalado o devido processo legal, com a instauração do processo administrativo disciplinar relativo a cada um deles. Nesse caso, juntem as provas e ajam da forma como deve ser feito e como a Constituição da República determina.

Se um cidadão é acusado de algo, especialmente pelo Estado, que tem esse poder de fazer a acusação, uma vez que foi outorgada a ele essa autorização, o Estado tem de agir da forma como a lei determina. Se a Constituição da República, em seu art. 37, diz que a administração pública dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios serão norteadas por princípios - e o primeiro princípio é o da legalidade -, está aí o motivo pelo qual o Secretário deve, de imediato, retorná-los aos cargos. Não basta o Secretário avaliar alguns casos e permitir a volta de apenas alguns servidores. Ele tem de fazer com que todos retornem a seus cargos para depois instaurar o procedimento administrativo, concedendo a eles aquilo que a lei determina e faculta, que é o devido processo legal, o direito à ampla defesa e ao contraditório. Do contrário, qualquer medida que for tomada pelo Secretário fará com que ele continue na ilegalidade. Como administrador público, ele tem de obedecer o princípio da legalidade, que é o primeiro princípio, depois é que vem o da moralidade, o da impessoalidade, o da publicidade e o da eficiência.

Esta visita, que será feita por Deputados desta Casa, deve ser norteada por este pressuposto. Realizaremos os atos da forma como devem ser feitos: obedecendo o princípio da legalidade. Espero que o diálogo seja profícuo e que o Secretário reconheça que realmente houve exagero. Tive o zelo de ler as portarias onde constam as providências baixadas, de verificar qual foi o seu embasamento legal. Entretanto, não vi nenhuma delas citar a Constituição da República, os artigos que devem ser obedecidos e muito menos a Lei nº 18.185, que trata especificamente dos contratos administrativos dos Agentes Penitenciários. É essa lei que deve ser colocada na mesa para que o Secretário a veja. Secretário, o art. 11 diz que "deverá abrir o procedimento administrativo em 30 dias, com ampla defesa". Foi feito isso? Não. Então, por gentileza, Secretário, retornaremos todos, abriremos o procedimento. Dessa forma, terão a chance do contraditório, de fazer a defesa. Tenho certeza absoluta de que os Agentes Penitenciários estão esperando, neste momento, apenas o cumprimento da lei, não querem mais nada. Se isso for feito, tenho certeza de que ficarão mais tranquilos. Se alguns cometerem excessos, isso será apurado no devido processo legal; é para isso que ele existe. Gostaria, Sr. Presidente, de dizer que ficaremos atentos e acompanharemos os atos praticados pelo Secretário, para saber se realmente a coisa está evoluindo.

Por outro lado, quero destacar que há dois projetos importantes na pauta. Um deles é o Projeto de Lei nº 2.968, que trata especialmente do adicional de desempenho dos servidores do Judiciário. Faço alerta, Deputados Weliton Prado; José Henrique, que ora preside esta reunião; e Domingos Sávio: o Tribunal de Justiça de Minas Gerais mandou a esta Casa o Projeto de Lei nº 3.976, que prevê aumento salarial do subsídio mensal dos Juízes e dos Desembargadores. Pasmem: em que pese o Tribunal ter mandado esse projeto, não vimos aqui, Deputado Domingos Sávio, fundamentação alguma do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal e muito menos apontando de quais receitas viriam os recursos para viabilizar esse aumento.

Entretanto, minha preocupação não se restringe apenas a essa questão. Isso porque esta Casa aprovou, no ano passado, o reajuste dos servidores do Judiciário: uma parcela a ser paga em dezembro de 2008 e a outra, em julho deste ano. Os 10% da primeira parcela foram pagos, mas ainda restam os 7,5% da segunda. Agora o Tribunal de Justiça, por meio do Desembargador Sérgio Resende, seu Presidente, manda a esta Casa projeto pedindo reajuste para Juízes e Desembargadores sem antes conceder a parcela de reajuste de 7,5%. Isso é inadmissível; esta Casa não pode se curvar diante desse fato; esta Casa tem compromisso com a democracia. Não foi à toa que, desde Aristóteles, passando por Montesquieu, discutimos a tripartição de poderes, que não foi elaborada por acaso ou por arranjo, como se fosse enfeite. A tripartição de poderes existe para viabilizar o que chamamos, no direito, de sistema de freios e contrapesos. Não pode o Poder Judiciário querer reajustar salários de Juízes e Desembargadores e não pagar a parcela de seus servidores. Fazemos apelo a todos os Deputados, de Oposição ou da base, para que fiquemos atentos, vigilantes. Esse projeto do Poder Judiciário só pode ser aprovado nesta Casa para conceder reajuste aos Juízes e Desembargadores se antes pagarem a parcela de 7,5% à qual os servidores do Judiciário têm direito desde julho, data em que deveria ter entrado em vigor o reajuste, mas não paga até hoje. Sr. Presidente, esse era um dos assuntos que queríamos abordar.

O outro assunto refere-se ao Projeto de Lei Complementar nº 53, que altera regras de promoções na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, que traz o adicional de desempenho dos militares e uma série de emendas que há tempos estamos construindo com a Oposição, com os Deputados da base, com o comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Quero registrar que o Comandante-Geral da Polícia Militar teve uma participação efetiva e tem-nos ajudado, que o Vice-Governador Anastasia tem-nos ajudado com as emendas e que o Governador Aécio Neves também tem-nos ajudado. Esse projeto está pronto para ser votado na pauta e precisa ser votado. Os policiais e bombeiros militares estão aguardando sua aprovação, para que permita as promoções em dezembro. É um projeto importantíssimo. A Associação dos Praças e o Centro Social dos Cabos e Soldados se fazem presentes, assim como a Amproseg.

Nesse projeto há uma emenda de autoria deste Deputado que trata da aposentadoria aos 25 anos de efetivo serviço; da licença-maternidade de 180 dias, para que o direito delas seja igual ao das demais servidoras do Estado; e uma série de emendas tratando, aliás, dos 25 dias úteis de férias, como já ocorre para todos os servidores públicos.

Esse projeto precisa ser aprovado o mais breve possível. Fazemos um apelo. Já conversamos com o Deputado Padre João, Líder do Bloco, com os Deputados Antônio Júlio e Carlin Moura, o Bloco PMDB-PT-PCdoB, para avançarmos. Sabemos que há uma obstrução colocada, mas já avançamos um pouco mais; permitimos uma evolução no encerramento da discussão e esperamos que isso seja possível. Se não for possível agora, às 14 horas, que pelo menos amanhã, quinta-feira, ou na terça-feira, consigamos aprovar esses dois projetos. São projetos de servidores, e nós, Deputados, não devemos obstruir. O servidor já demora muito tempo para conseguir emplacar uma conquista, e nesses momentos precisa da compreensão dos Deputados para que o projeto seja votado.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Cumprimento o Deputado Sargento Rodrigues e faço coro com ele em todos os pontos que brilhantemente expõe. Enviei ao seu gabinete e ao de todos os colegas, assim como disponibilizei na intranet, um assunto muito caro ao povo de Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha. Entre os finalistas dos mais de 40 mil concorrentes do programa "Ídolos", temos uma única mineira, a excepcional cantora Dani Morais, que representa a incomparável riqueza cultural e artística do Vale do Jequitinhonha, em especial de Pedra Azul, cidade que deu a Minas e ao Brasil artistas como Murilo Antunes, Saulo Laranjeiras e Paulinho Pedra Azul. Agora, há essa grande mobilização de todo o Vale do Jequitinhonha e de Pedra Azul por essa única mineira. Queremos estender essa mobilização para que todos os mineiros encampem essa luta, que está sendo de todo o povo de Pedra Azul, da família da Dani, do ex-Prefeito Gérson, do Vereador Daniel. Solicitamos aos mineiros que façam valer o talento mineiro, levando à final a nossa concorrente Dani Morais, que, insisto, é a única mineira na disputa. Para tanto, precisamos enviar mensagem de texto com a palavra "Dani" ao telefone 43656.

Agradeço e, mais uma vez, cumprimento-o, fazendo coro com as palavras de V. Exa. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Apenas, Presidente, cumprimento o Deputado Sávio Souza Cruz. Realmente V. Exa. abordou assunto relevante. Desejamos a ela toda a sorte, e pode contar com nosso apoio, nossa divulgação e nosso empenho. Parabéns pela presteza e pela grandeza do ato que V. Exa. trouxe a esta tribuna, relativo a pessoas que ficam normalmente esquecidas. É nosso dever, como parlamento, reconhecer nossa tradição cultural, nossos valores e nossas riquezas culturais. Parabéns a V. Exa. por, mais uma vez, marcar esse ponto na Assembleia. Agradeço a paciência, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Agradeço. Falarei rapidamente, pois tenho pouco tempo, mas não poderia deixar de cumprimentar, mais uma vez, os Agentes Penitenciários, que estão na luta clamando por justiça. Vamos nos reunir às 16h30min. Cumprimento o conjunto dos servidores públicos do Estado, que estão tão penalizados. Fico muito feliz com a presença da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública, com várias mulheres presentes. Vocês têm de fazê-lo mais e estarem mais presentes na Assembleia Legislativa. Cumprimento o Serjusmig, que está reivindicando o direito dos servidores, para que a lei seja cumprida e tenham garantido o pagamento dos 7,5% de reajuste. Não há como dar aumento aos Juízes, antes de garantir o reajuste dos servidores, que é muito justo. Falando em justiça, não podia deixar de falar do Sindojus, pois os Oficiais de Justiça se encontram em greve, estão paralisados. Deixamos-lhes aqui toda a nossa solidariedade e o nosso apoio.

Não poderia deixar de falar também sobre outro assunto. Tivemos muitas vitórias e conquistas. Este foi o primeiro ano em que não houve aumento do valor da conta de água. Conseguimos impedir esse aumento na Justiça. O governo criou agência às pressas, mas conseguimos essa vitória, que o governo tentou derrubar no Superior Tribunal de Justiça, mas não conseguiu. Neste ano, não houve aumento do valor da água da Copasa, uma das tarifas mais caras do Brasil.

Como a água, a energia elétrica também é bem público e essencial à vida. Só que, infelizmente, no Estado, vem sendo tratada como mercadoria, e faltam recursos para manutenção. Na planilha, constam milhões e milhões para manutenção, mas será que de fato essas manutenções da rede estão sendo feitas? Não acredito; creio que está só no papel. Mostro e provo por quê. Tenho até cronograma. No dia 5 de novembro: "Pane. Belo Horizonte e região ficam sem energia no meio do dia e vivem transtornos". Apagão atinge oito cidades: Mateus Leme, Brumadinho, Contagem, Betim, Igarapé, Sete Lagoas e Belo Horizonte. "Inesperado apagão, mesmo sem chuva." Não choveu, e houve apagão. Às 12h51min, defeito num equipamento da subestação de Ribeirão das Neves provocou interrupções de energia em cascata. A energia foi restabelecida, mas sua falta causou prejuízos e grandes tumultos. Comércio e "shopping" fecharam, restaurantes paralisaram o atendimento, houve problemas com hospital, nos semáforos, o trânsito virou caos total, faltou luz no Centro da Capital, na região da Pampulha, na Via Expressa, nos Bairros Serrano, Carlos Prates, Coração Eucarístico e Gameleira. Como disse, os semáforos ficaram apagados por cerca de 15 minutos, e o trânsito, conforme informou a BHTRANS, ficou complicado no horário de pico. Sem energia, alguns postos de combustíveis também tiveram prejuízo, pois a bomba que abastece os veículos precisa de eletricidade.

Poderia apontar vários outros acontecimentos, mas só citarei o cronograma. No dia 15 de outubro, novamente. Como disse, o cachorro não pode urinar no poste de energia da Cemig, que a energia cai. Não pode haver ventinho que cai a energia até no meio do dia. "Dia 15 de outubro, falta de luz. O temporal que atingiu a Região Metropolitana deixou mais de 78 mil imóveis sem energia elétrica na noite de ontem." Na Grande BH, muitos moradores de Santa Luzia e Ribeirão das Neves também ficaram no escuro. Falta de luz também causou transtornos no trânsito. Mais de 120 mil unidades consumidoras ficaram sem luz por quase 24 horas. Falam do apagão nacional por menos de 3 horas, mas, nesse caso, foram mais de 24 horas, e pelo menos 3 mil consumidores ficaram sem energia, o que causou prejuízo. Foi o segundo apagão elétrico, em menos de 20 dias, na Região Metropolitana.

No dia 7 de outubro, novo apagão. "À beira do caos". É tudo notícia que saiu na imprensa. Aproximadamente 120 mil residências ficaram sem luz - aliás, está aqui o horário - e 110 mil unidades haviam sido restabelecidas depois de muitas horas.

Dia 21 de setembro. "Falhas no atendimento da Cemig. Interrupção prolongada no fornecimento de energia para aproximadamente 500 mil moradores da região metropolitana". Há a questão das indenizações. O consumidor tem o direito de ser indenizado em dobro. Além disso, precisa fazer as reclamações e realmente pressionar. Aliás, estamos pressionando a Aneel. O Deputado Federal Elismar Prado é membro da CPI da Conta de Luz, que está investigando as irregularidades cometidas quanto aos aumentos desde 2002. A Cemig tem de devolver o dinheiro que a população pagou a mais. Continuaremos pressionando. Já há várias ações no Ministério Público. É fundamental a pressão para que realmente a Cemig cumpra o seu papel, respeite a legislação e devolva o dinheiro ao povo.

Já estou finalizando. Estão aqui nos jornais de hoje notícias sobre o apagão: "Prejuízo após o temporal". No jornal "O Tempo", o aumento de lucratividade da Cemig. São quase 10% de lucro que a Cemig obteve nos primeiros meses do ano. No jornal "Hoje em Dia": "Prejuízos com a falta de energia: histórias se repetem". Uma padaria localizada à Avenida Silva Lobo sofreu um prejuízo de R\$30.000,00 com a perda de alimentos. Portanto, a questão é muito séria. Falta recurso para manutenção.

Querida cobrar, mais uma vez, um posicionamento para que a Cemig invista esse dinheiro que a população paga por uma energia muito cara realmente na manutenção das redes. Isso não vem ocorrendo. Além disso, quero parabenizar os servidores que estão aí protestando e defendendo os seus direitos. Parabéns. Continuem na luta. No Orçamento do próximo ano, que devemos aprovar no final deste ano, já está previsto crescimento de R\$41.000.000.000,00. Infelizmente, vemos que não consta R\$1,00 de reajuste para o salário dos servidores. No entanto, recursos para o Centro Administrativo há de sobra. Serão quase R\$3.000.000.000,00 só para a compra de imóveis, carteiras, enfim, para equipar o Centro Administrativo, serão aplicados milhões e milhões. Infelizmente o governo não tem esse mesmo sentimento para com os seus servidores, o ser humano, e para investimento em áreas sociais. Agora, para investir em concreto, não tem problema: há dinheiro "a rodo".

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, caros Deputados, inicialmente agradeço a reunião realizada ontem pelo Deputado Padre João, Líder do Bloco da Oposição, na qual pudemos chegar a um consenso sobre um trabalho com o Líder do Governo. Agora, às 16h30min, teremos a última conversa com o Secretário Maurício Campos a respeito do assunto em pauta há mais de três semanas: o caso dos Agentes Penitenciários. Agradeço também ao Deputado Domingos Sávio as intervenções feitas como Líder da Maioria, ajudando na solução do problema, e a todos os companheiros que estão nessa luta. Graças a Deus, parece que hoje ela terá um fim favorável aos Agentes Penitenciários.

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para agradecer aos colegas Vereadores a presteza com que pudemos colocar em pauta e votar rapidamente - em menos de uma semana - o projeto de lei que destinava uma área de 195.000m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado, para a Prefeitura de Itambacuri. Esse projeto foi retirado de pauta em face das dúvidas que havia quanto ao aproveitamento dessa área tão grande, que se localiza no Centro da cidade, que é tão bonita, organizada, importante, bem-planejada e estruturada. No entanto essa área tem uma história interessante.

A exemplo do que existia em Belo Horizonte entre as décadas de 50 e 60 - hoje virou quartel da Polícia Militar -, que era o Instituto João Pinheiro, que preparava jovens para sete atividades diferentes, como agricultura, tipografia e alfaiataria, nos seus sete pavilhões, em Itambacuri também havia um educandário desse porte, onde se preparava mão de obra, principalmente para o campo.

Com o tempo e a falta de continuidade administrativa dos governos estadual e municipal, essa grande obra em Itambacuri foi desativada. Não havia apenas a estrutura dessa escola interessante e importante dentro da cidade, mas um outro terreno para a experimentação agrícola de propriedade da mesma instituição. O Prefeito Henrique Scofield solicitou ao governo que fizesse a doação a essa cidade.

Algumas lideranças de Itambacuri pediram-nos que verificássemos esse assunto. Ao averiguarmos o projeto, notamos que havia uma lacuna que precisava ser preenchida. Não era especificada a destinação desse imóvel importante, com quase 200.000m<sup>2</sup> de área, na região central da cidade, e com um grande prédio em que funciona uma escola estadual. Parte dessa área era ocupada pelo parque de exposições da cidade.

Contatamos o Dr. José Transfiguração Figueiredo para que mantivesse contato com o Prefeito de Itambacuri e fosse dado um parecer sobre o assunto. Esclarecida a destinação do imóvel, ficou demonstrado de forma clara ao Prefeito Henrique Scofield que essa área seria utilizada para aprendizado de jovens, menores, e também para o funcionamento de escolas de currículo normal. O enorme terreno existente será utilizado de forma a manter a estética, o equilíbrio urbano de Itambacuri, cidade bonita, com belas praças e ruas asfaltadas, graças aos bons Prefeitos que teve no passado. Entre eles o meu companheiro Ataliba Magalhães, a D. Neide Magalhães e o Dr. Firmato, de saudosa memória.

Compareço aqui para agradecer aos colegas, aos companheiros. Em menos de uma semana, conseguimos retornar esse projeto à pauta e aprová-lo, dando a Itambacuri a possibilidade de ter um grande volume de serviços do Estado nas áreas social e de educação, como também a implantação de projetos do governo federal nessa área de 195.000m<sup>2</sup>. Além disso há a possibilidade de projetos habitacionais.

Então fizemos com que o jovem Prefeito, nosso companheiro, de Itambacuri, visse que havia necessidade de uma explicitação sobre o que ia fazer nessa área tão grande. Havia uma preocupação da sociedade de Itambacuri de que essa área fosse transformada em alguma coisa de politicagem, de política barata, e que pudesse prejudicar até o sindicato rural, pois ali está estabelecido o parque de exposições da cidade. Mas o Prefeito garantiu-nos que ouvirá a Câmara Municipal sobre os empreendimentos que serão localizados na área, que ela será bem utilizada, que a urbanização obedecerá aos critérios de beleza urbanística e estética de Itambacuri. Então neste momento, Sr. Presidente, quero cumprimentar e agradecer aos Deputados o apoio, o suporte que me foi dado para a aprovação rápida desse projeto.

No entanto volto aqui também para perorar aos companheiros - e já o fiz ao Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, e ao Deputado Lafayette de Andrada, relator do Projeto de Lei Complementar nº 35 - para que possamos apreciar esse projeto de lei ainda neste ano. Trata-se do projeto que se refere à autorização para que o Estado pague os precatórios do Ipsem. Essa é uma luta que tenho realizado nesta Assembleia desde 2007. Com a compreensão dos companheiros, com emenda numa lei, conseguimos garantir que as pessoas com mais de 60 anos, como funcionários ou ex-funcionários do Estado, tenham prioridade para receber os seus direitos trabalhistas junto ao governo do Estado.

Então urge, Sr. Presidente, colocarmos em pauta esse projeto de lei, como disse aqui por várias reuniões seguidas, porque há um acordo do Bloco PT-PMDB-PCdoB para permitir que esse projeto seja aprovado. E por que o dizemos? Porque, em verdade, o Governador Aécio Neves, ao entrar para o governo, fez proposta de pagar mais de R\$6.000.000.000,00 de dívidas que os governos anteriores fizeram com o Ipsemg. E o governo tem cumprido religiosamente o pagamento de R\$53.000.000,00 ao ano para o Ipsemg. Nessa composição, o Ipsemg teria que destinar metade dos recursos para o pagamento de precatórios. Até o ano passado, as coisas estavam correndo bem, mas este ano, infelizmente, o Ipsemg desviou os recursos e não aplicou no pagamento de precatórios.

O Projeto de Lei Complementar nº 35 permite que o Estado pague diretamente, sem ter de repassar recursos ao Ipsemg, uma parcela da dívida que ainda ficou. Esse é o apelo que fazemos aos companheiros. Gostaria de pedir ao Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria, que interceda junto à Maioria, para que também endosse esse projeto. Esse projeto está aqui há quase dois anos, parado na Comissão de Fiscalização Financeira desde novembro de 2008. Temos que tirá-lo da prateleira, apelar ao Deputado Zé Maia para que coloque na pauta da comissão e venha urgentemente, já tendo passado por todas as comissões, para o Plenário. Desse projeto poderemos tirar uma grande vantagem, pois, em dezembro, teremos a Semana de Conciliação. Nessa Semana de Conciliação, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais vai tentar fazer o pagamento de alguns precatórios, e não vai haver o dinheiro. Se tivermos aprovado a lei, esse dinheiro existirá, mesmo porque a legislação federal permite, e isso já foi solicitado ao Tribunal de Justiça pela Secretaria de Fazenda, que, dos depósitos judiciais, que são extraorçamentários, que não podem estar no caixa geral do Tesouro, 70% sejam utilizados para pagamento de precatórios. Esse dinheiro está parado e pode ser utilizado rapidamente. O Tribunal tem a maior boa-vontade - a OAB está envolvida nesse processo - em fazer o repasse desses recursos com o dinheiro que está parado no Banco do Brasil. Está depositado, quietinho. Então podemos juntar estas duas coisas: aprovar a lei e permitir que o Estado, com garantia suficiente, recolha esses recursos para pagar precatórios do Ipsemg, em nome do próprio Estado. Com isso, o governo termina de pagar sua dívida com o Ipsemg, dívidas de seis ou sete governos anteriores que o governo Aécio Neves está honrando. Com isso, completa a estrutura negocial do pagamento, o governo fica quite com o Ipsemg, e milhares e milhares de velhinhos que estão esperando há 25, 30 anos serão beneficiados.

Quando mencionei esse assunto, uma funcionária me disse que sua família tem um precatório de mais de 30 anos, da época de Francelino Pereira. Então, realmente há a necessidade, Sr. Presidente, de que façamos com que o Projeto de Lei Complementar nº 35 ganhe a pauta. Estou dizendo isso há mais de duas semanas. Parece que estou copiando meu companheiro Deputado Weliton Prado, cantando samba de uma nota só. Mas não é verdade, é porque esse assunto é muito importante. O Deputado Domingos Sávio, que me acompanha, sabe. Briguei muito aqui, lutei para aprovar aquele projeto do ICMS Solidário, que não é meu, é do Deputado Dinis Pinheiro. Fizemos esforço, trabalhamos para aprovar o projeto de interiorização com o programa de reorganização judiciária. Batemos pesado, brigamos, fomos ao Governador, conversamos. Sou um homem tranquilo em relação ao encaminhamento dos projetos nesta Casa, mas existem alguns assuntos que, a meu ver, estão emperrados, que precisam de uma sacudida, e, nesse particular, gostaria de pedir ajuda aos companheiros, para que possamos trazer esse projeto à pauta, pelo menos na próxima semana.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Só quero unir-me a V. Exa. Usarei apenas um minuto do seu tempo, mesmo porque falarei em seguida, com a aquiescência do Sr. Presidente.

V. Exa., como sempre, é brilhante nas suas intervenções. Não podemos jamais pactuar com o fato de um direito líquido e certo ficar na gaveta. Fui Prefeito de Divinópolis e guardo, com prazer, um elogio. Na vida pública, o elogio, às vezes, estimula-nos a persistir no caminho certo. O Presidente do Tribunal Regional de Minas Gerais deu uma declaração aqui, em Belo Horizonte, naquela época, manifestando um certo descontentamento com as prefeituras do Estado que não pagavam precatórios. Usou como exemplo a Prefeitura de Divinópolis. Eu estava no final do mandato, próximo do ano 2000, e cumpria rigorosamente todos os precatórios que herdei dos Prefeitos anteriores.

Estarei ao lado de V. Exa. para procurar o governo, a direção do Ipsemg, a fim de resolvermos essa situação. Nesta Casa, há um projeto que está parado, mas precisa andar, pois ele resolve a situação da função pública dos servidores do Ipsemg. O Governador enviou esse projeto atendendo a um requerimento de minha autoria, depois de muita negociação com o Prof. Anastasia e com a Secretária Renata Vilhena. São direitos adquiridos dos servidores de função pública do Ipsemg e do DER que precisam ser regulamentados.

V. Exa. tem razão. Às vezes, projetos importantes ficam parados, o que traz prejuízo para as pessoas. Não podemos permitir isso. Estarei ao lado de V. Exa., que considero um grande líder nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Concluindo, gostaria de fazer referência ao posicionamento tomado, às vezes, no calor da paixão partidária. Permito-me, no PMDB, a liberdade e a independência de discordar do meu próprio partido ou do meu próprio grupamento, que hoje compõe, nesta Casa, a Oposição. O que vejo em Minas Gerais, nestes quase sete anos de governo, é todos os compromissos assumidos pelos governantes anteriores serem quitados ou encaminhados, integral ou parcialmente, pelo Governador Aécio Neves. Vejo, com tranquilidade, essa situação. Falo com franqueza. Às vezes, companheiros do meu grupamento partidário podem me criticar, mas penso que já tenho bastante vivência política para dizer aquilo que verdadeiramente sinto, independentemente de o meu partido puxar-me a orelha ou alguém dizer-me que não estou obedecendo a um critério ideológico do grupamento.

Minas Gerais está passando por um momento muito bom. O Governador tem cumprido a sua função, exercido bem o seu papel. Ele tem a aprovação de mais de 80% da população; tem tentado acertar. Ocorre, às vezes, um errozinho no meio do caminho, como o Projeto de Lei Complementar nº 35. Não dá para entender por que ele está parado desde novembro de 2008. Não dá para compreender!

Ontem, na reunião da nossa bancada de Oposição, PT-PCdoB-PMDB, acertamos os ponteiros com relação a esse projeto. Vimos que o Ipsemg, este ano, não pagou precatórios. Milhares e milhares de pessoas estão na dependência desse pagamento. Queria, sim, ser o pai dos velhinhos, como alguns companheiros me chamam: o paladino, o defensor dos velhinhos. Dói, no fundo do coração, ver pessoas que trabalharam durante a vida inteira, se aposentaram e, muitas vezes, deixaram como herança um precatório. Os seus filhos já estão morrendo, e não conseguem receber esse dinheiro. Às vezes, é um crédito que está aí há 20, 25, 30, 40 anos. É um absurdo!

Temos de realmente cerrar fileiras em torno desse projeto. Agradeço ao Presidente dos trabalhos de hoje, Deputado José Henrique, e, sobretudo, ao Deputado Domingos Sávio, pois sei que posso contar com o apoio dele para defendermos essa causa. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, de modo especial Deputado Getúlio Neiva, por quem tenho um grande apreço, pessoas que nos acompanham aqui, na Casa do povo mineiro, ou pela TV Assembleia.

Num primeiro momento, mais uma vez quero referir-me a esse tema que tem sido debatido aqui exaustivamente e que envolve os Agentes Penitenciários. Tão logo termine este pronunciamento, irei deslocar-me para a Secretaria de Defesa Social, a fim de participar de uma reunião que, ao lado do nosso Líder, Deputado Mauri Torres, solicitamos ao Secretário. Dela participarão também Deputados da Oposição e representantes dos servidores.

Continuaremos com o mesmo esforço que fizemos desde o primeiro momento. A nossa posição nunca foi vacilante. Desde o início, defendemos o respeito ao direito dos servidores, não só o de fazerem greve - até o momento em que foi decretada ilegal -, como também o de se

defenderem diante de um processo administrativo ou do risco de perderem o emprego. Demonstramos preocupação com essa situação ao ir conversar com o Secretário, mas, ao mesmo tempo, temos preocupação com a continuação dos trabalhos desta Casa. Vamos nos empenhar, em todos os níveis, com esforço pleno, para solucionar a questão que envolve os Agentes Penitenciários, mas é importante destacar que não podemos deixar de atender a outras demandas que se fazem representar nesta Casa. Temos projetos importantíssimos que já estão prontos para serem votados há várias semanas e, a cada minuto que passa, corremos um risco enorme de promover um prejuízo para toda Minas Gerais, o que não podemos permitir, a começar pelo próprio empréstimo previsto junto ao BNDES, que não é nenhuma caixa preta. Hoje um Deputado da Oposição falou a esse respeito, e V. Exa., com sua sabedoria, sabe muito bem que temos uma situação de Oposição que não é tão homogênea assim. Alguns agem de forma radicalizada, o que, de longe, nada tem a ver com a linha de equilíbrio e sabedoria do Deputado Getúlio Neiva e de outros que, por razão partidária, podem estar sendo colocados como se na Oposição estivessem. Um desses Deputados veio aqui dizer que nem sabemos para que é esse empréstimo. Ora, o projeto está aí. Nos seus termos e na carta do Governador, está muito claro que se trata de um projeto para garantir o cumprimento orçamentário das despesas com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que foi aprovado pelo governo federal. Na verdade, o empréstimo do BNDES, primeiramente, é aprovado pelo próprio Tesouro Nacional, que é do governo do PT e do próprio PMDB. Eles acompanharam cada detalhe e, ao aprovar, fizeram-no pelo fato de o projeto estar absolutamente indo ao encontro dos interesses do povo mineiro. Isso se deu apenas porque Minas se reorganizou. Se o Estado estivesse endividado, como no passado, e inadimplente, como antes de Aécio Neves, não seria possível fazer uma operação como essa, que investirá recursos vejamos bem onde: no atendimento à educação básica - é possível fazer algum questionamento sobre a importância disso? -; na modernização do sistema socioeducativo - aliás, isso tem a ver com a situação dos Agentes Penitenciários, pois é relativo aos centros socioeducativos de recuperação do menor infrator, aquele que, por uma situação de envolvimento criminal, tem que ser retirado do convívio da sociedade e não pode ir para o presídio, indo para o centro socioeducativo, que precisa de modernização; na construção de unidades habitacionais; etc. Portanto, é algo que não dá nem para pensar em não aprovar.

Depois, temos um outro projeto que me preocupa muito. Aqui está o Projeto de Lei Complementar nº 53/2009. Estamos lutando para que entre em pauta e seja votado - vemos, aliás, a presença da Amproseg e cumprimentamos todos os servidores e as esposas dos militares. É curioso que, agora, todo o mundo está aprovando, mas a base do governo está brigando por sua aprovação desde o primeiro momento que aqui chegou, até porque é um projeto enviado pelo Governador, atendendo aos justos anseios das categorias dos nossos militares. Esse projeto está pronto para ser votado e vem assegurar um adicional de desempenho individual para nossos servidores da área de segurança pública especial da Polícia Militar.

Temos um outro projeto igualmente importante e que está pronto para ser votado. Estamos lutando para ver sua aprovação - e vemos aqui a presença do Sindojus-MG, que vem reivindicar a aprovação do Projeto nº 2.968/2009. Ele está prontinho para votação há várias semanas, e não seria justo terminarmos o ano sem concluirmos a votação de projetos como esse. O mesmo acontece com o Projeto nº 3.595/2009, que trata do efetivo da Polícia Militar. Citei alguns, mas há outros mais importantes.

Então, estaremos nos empenhando lá mais uma vez; já estive uma vez e estarei novamente. Precisamos, simultaneamente a esse esforço, estar trabalhando. E aí, por mais respeito que eu tenha ao espírito democrático... A Oposição está obstruindo, isso é democracia, e creio que é natural da democracia se fazer obstrução contra um projeto do qual se discorda, um projeto que, conforme se sente, não está maduro o suficiente para ser votado. Mas, nesse caso, os projetos foram aprovados em todas as comissões, até com o voto da própria Oposição, na maioria das vezes. Portanto, eles estão prontos para serem votados, representam ganho para o povo mineiro, para a segurança pública, para o servidor público, e não é justo esse tipo de procedimento. Da nossa parte, estaremos nos empenhando nessa reunião e em quantas forem necessárias para debatermos o assunto dos Agentes Penitenciários. Obviamente, nos empenharemos também para que a Casa produza, trabalhe. O Deputado tem essa missão, da qual não pode fugir.

Queria ainda abordar outro tema, Sr. Presidente, que muito nos tem preocupado. Estou levando uma sugestão ao Governador Aécio Neves e ao Secretário Fuad Noman, com o intuito de encontrarmos a solução para um problema grave, qual seja a questão da PPP da MG-050, que está em andamento, mas suas obras estão em ritmo lento, não estão atendendo a todos os nossos anseios. Queremos uma rodovia duplicada, que ofereça segurança aos cidadãos, não só aos que trafegam por ela, mas também às pessoas que estão às suas margens. Queremos que seja dessa forma na região inteira, não só no Centro-Oeste, mas também no Sudoeste de Minas, de Juatuba até São Paulo, no trecho que está concedido à empresa Nascentes das Gerais. É isso que todos nós queremos. É duro termos o pagamento de pedágio, e essas obras estarem em ritmo lento, previstas num calendário de 10 anos, ao longo desse trecho. Tudo bem, sabemos que o dinheiro do pedágio é que está financiando as obras. Como esse recurso não entra todo de uma vez, no período da concessão - mês a mês entra determinado valor -, um pouco da obra vai sendo feito a cada mês. Mas isso não resolve o problema, porque as pessoas estão morrendo na rodovia - e numa rodovia onde se paga pedágio para trafegar. Portanto, queremos que os investimentos sejam feitos em ritmo mais rápido para termos mais segurança e para que as pessoas que vivem em cidades cortadas por essa rodovia tenham melhor qualidade de vida.

Já está sendo feita a duplicação entre Juatuba e Mateus Leme, mas há um trevo para ser melhorado em Itaúna, além de várias obras para serem feitas em Divinópolis, como viadutos, trincheiras e passarelas. E, principalmente, há terceiras pistas ou duplicações que precisam ser feitas, sob pena de ocorrerem acidentes. Quanto mais aumenta o movimento - mesmo com o pedágio, o movimento está aumentando, e é verdade também que não há mais buracos na rodovia -, mais a velocidade dos veículos aumenta. Aumentando a velocidade dos veículos, como não é uma rodovia planejada, com pista dupla, os acidentes acontecem a cada dia, de uma maneira que nos deixa arrasados.

Hoje mesmo eu falava com o radialista Marcelo Augusto, de uma emissora da cidade de Passos, e dava o meu depoimento de que temos de nos unir para conseguir um financiamento adicional e agilizar essas obras. Entre Passos e São Sebastião do Paraíso, o trecho também representa um pesadelo. Há um trânsito muito pesado em direção a São Paulo - e de São Paulo em direção a Minas Gerais -, que se concentra na região, onde os acidentes, conseqüentemente, estão ocorrendo todos os dias.

Qual é a minha sugestão para isso? Tenho lutado muito. Já realizamos uma audiência aqui, na Assembleia, cobrando uma antecipação, uma agilização das obras. Já que temos de pagar pedágio, queremos obras que justifiquem essa despesa que os motoristas, os cidadãos têm. Além disso, queremos um tratamento mais cuidadoso. Há pessoas que moram muito próximo à praça de pedágio, e seu trabalho, no dia a dia, torna-se inviabilizado, o que precisa ser mais bem analisado. Porém acredito que existe uma solução e quero levá-la ao Governador Aécio Neves. Creio que uma PPP como essa, que é a primeira - e talvez por isso esteja havendo essas dificuldades -, tem de ter uma fonte de financiamento, ou seja, não pode contar apenas com o pedágio como financiador das obras, senão, realmente, a duplicação da rodovia levará 10 anos ou mais. E como o pedágio é fonte de receita segura, que não deixa de entrar, pois todo mês o dinheiro está nos cofres da empresa, é perfeitamente razoável que se busque financiamento para antecipar as obras, até mesmo em bancos internacionais, como o Banco Mundial, ou no BNDES. Seria interessante que fossem feitos vários lotes, e, em prazo bem mais curto, talvez um pouco mais de um ano, todas as obras estariam concluídas. É claro que deverá ser colocado grande volume de dinheiro, que terá juros. O pedágio, obviamente, pagará o principal, o capital, as prestações do banco. Ainda que o Estado tenha de acompanhar o equilíbrio econômico-financeiro com a concessionária - o edital prevê isso -, ele discutirá quais serão os juros pagos para antecipar as obras. Discutiremos reequilíbrio contratual para suportar os custos desses juros, mas não aumentando o pedágio, que precisa até mesmo diminuir. É possível, com recursos do próprio Estado, equilibrar esses juros e antecipar as obras com volume maior de investimentos. Então, a solução deve ser essa. Não dá para discutirmos interminavelmente. Cobro da empresa essa lentidão nas obras, que não pode continuar, mas ela diz: "O contrato que tenho com o Estado me dá prazo para a realização das obras. E esse prazo foi previsto porque as obras estão sendo feitas com o dinheiro do pedágio e mais um pouco, que a própria empresa está investindo para buscar de volta no futuro. É dessa maneira que está no edital, e é assim que o faremos". Mas é preciso rever esse edital, rever esse contrato, porque há gente morrendo, sofrendo. Mesmo aquele que está trafegando e não sofre acidente é vítima do trânsito lento em rodovia em que se paga pedágio.

Então, estamos cobrando, e alguém pode pensar: "Mas você é da base do governo Aécio Neves e não deveria falar nada, não deveria criticar". Mas não é assim. Fazemos política de forma séria e respeitosa com o cidadão. Como eu disse, esse é o primeiro projeto de parceria público-

privada. Quando conversei com o Governador sobre isso, ele manifestou grande preocupação, também. Ele não está feliz com isso, está insatisfeito com essa lentidão das obras. Também não está satisfeito com o fato de as pessoas pagarem o pedágio e as obras não saírem em ritmo que atenda perfeitamente ao interesse da população.

É preciso solução para o problema, por isso a estamos apresentando. É perfeitamente possível buscar fonte de financiamento que assegure volume maior de investimento em curto prazo, e obviamente a receita do pedágio pagará esse financiamento. Ah, mas há juro. Pactua-se reequilíbrio contratual do Estado com a empresa concessionária para que esses juros sejam suportados sem se alterarem as bases, as regras do jogo contratual. Isso é possível? Sim. Conversei sobre isso com o Secretário Fuad Noman e com a própria empresa. É necessária a revisão contratual. Creio que, se for necessário até mesmo aprovar nesta Casa dotação orçamentária para isso ou autorização, teremos o apoio dos demais colegas, porque não é possível que tenhamos a principal rodovia estadual de Minas nessa situação. Hoje, era para estarmos todos felizes com as obras, as melhorias. Ao invés de estarmos todos felizes, ouvimos mais reclamações a cada dia. Então, não podemos tapar o sol com a peneira.

Estou cobrando, trabalhando, não fazendo oposição ao governo Aécio Neves, pelo contrário, porque o governo dele foi o que mais investiu em rodovias em Minas Gerais. Como exemplo, temos o Processo, ligando inúmeras cidades que não tinham asfalto, como, no Centro-Oeste mineiro, Leandro Ferreira, Doloresópolis, Vargem Bonita, São Roque de Minas, Camacho e tantas outras. Em Minas Gerais como um todo, foram 220 cidades. Nunca vi estradas estaduais tão boas, tão bem conservadas como as nossas, no Centro-Oeste mineiro, ligando a Santo Antônio do Monte, a São Sebastião do Oeste, a São Gonçalo do Pará, a Pitangui, a Cláudio e a tantas outras e daí seguindo às margens da BR-050. Então, é claro que temos motivos para aplaudir o Governador Aécio Neves.

Quanto ao que não está funcionando bem, devemos levar sugestões de mudança ao governo, precisamos cobrar de sua equipe uma ação objetiva. No caso específico da MG-050, precisa haver mudança no cronograma de obras. Não podemos aceitar o pagamento dos pedágios se a obra está em ritmo lento. Nos trechos em que há comprometimento da segurança e da vida humana, as intervenções devem ser prioritárias, como na região de Piumhi até a divisa do Estado de São Paulo, cujos trechos são críticos, com muitas curvas e acidentes. Entre Divinópolis e Itaúna, praticamente não há terceira pista nem acostamento adequado. Nas áreas urbanas, precisam ser construídos viadutos, trincheiras, etc.

Já estou concluindo, Sr. Presidente. Acreditamos que o cronograma de obras pode ser acelerado com a adoção dessas sugestões. Por meio de requerimento que estou protocolando junto ao Governador Aécio Neves e ao Secretário de Obras, sugiro uma revisão do contrato e a celebração de um termo aditivo a ele, repactuando o equilíbrio financeiro e apoiando a empresa para que tome um financiamento a fim de executar as obras o mais rápido possível, de modo a atender o interesse de toda a região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, inicialmente gostaríamos de nos manifestar novamente acerca das reivindicações dos Agentes Penitenciários. Finalmente conseguimos, depois de grande esforço de sensibilização e de negociação, construir uma pauta com o Dr. Maurício Campos, nosso Secretário de Defesa Social. O Bloco PT-PCdoB-PMDB, em comissão, já está-se deslocando, juntamente com representantes da categoria, para uma negociação. Esperamos avançar e obter uma solução definitiva. Sabemos que a situação já vem se arrastando há muito tempo. Confiamos em que o Secretário de Defesa Social terá sensibilidade suficiente para nos ajudar a encontrar uma solução que atenda as reivindicações dos Agentes Penitenciários, assim como à segurança pública do Estado.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de fazer menção a uma data que se aproxima. Depois de amanhã, dia 20 de novembro, comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra. Trata-se de uma data importante, já consagrada no calendário oficial brasileiro. É uma data de luta, a qual, como muitas outras, coloca para o Brasil a necessidade imperiosa de se fazer justiça e de se promover a inclusão social da vasta comunidade negra brasileira.

Sabemos que no processo histórico brasileiro os negros foram fundamentais na construção real e objetiva do Brasil. Os negros foram a mão de obra que, de fato, alavancou as bases produtivas do nosso país. O fim da escravidão foi acompanhado de um grande débito, na medida em que não promoveu nenhuma ação pública ou política decisiva e exclusivamente para garantir a incorporação efetiva da comunidade negra no patamar da cidadania mínima e desejável para todo o povo brasileiro.

Hoje, depois de mais de um centenário da Abolição da Escravatura, ainda convivemos com níveis de exclusão, de discriminação e de preconceitos intoleráveis para toda e qualquer nação. E mais intoleráveis para nós, brasileiros, diante da tão decantada, louvada, democracia racial no Brasil. O Presidente Lula, ao longo do seu mandato, vem imprimindo diversas ações para diminuir essa distância entre o acesso natural, os direitos de todo o povo brasileiro, as oportunidades de todo o povo brasileiro, para que esse acesso seja também plenamente garantido à comunidade negra no Brasil.

Durante todo o dia 20, teremos programações que marcarão essa data. Haverá apresentações artísticas, debates, manifestações culturais e também de caráter reivindicatório - particularmente das comunidades quilombolas -, Brasil afora. Essas comemorações oficiais estão sendo divulgadas por parte dos órgãos, governo de Estado, prefeituras e movimentos, em 757 cidades brasileiras, onde acontecerá a comemoração do Dia da Consciência Negra.

Em Minas Gerais, constam comemorações nas cidades de Belo Horizonte, Além Paraíba, Betim, Bom Jesus do Galho, Coqueiral, Guarani, Itapeverica, Piraúba, Juiz de Fora e Montes Claros. Essas são as cidades que comunicaram oficialmente à Seppir suas programações, mas há muitas outras que não estão aqui relacionadas. Uma delas é exatamente a minha querida Paracatu, cidade histórica do ciclo do ouro, que teve também na sua formação, de forma praticamente exclusiva, a utilização sistemática da mão de obra escrava. Portanto a nossa Paracatu tem, a exemplo de muitas outras cidades mineiras e brasileiras, uma dívida com a comunidade negra.

A Fundação Consciência e Arte, criada por nós, quando fui Vereador na cidade de Paracatu, há mais de 15 anos, atua regionalmente, tendo saído dos limites territoriais de Paracatu e já estando presente em vários Municípios da região. Ela atua como um dos vieses importantes com a questão ambiental, educacional e cultural. No campo cultural, a Fundação Consciência e Arte vem, ao longo dos anos, priorizando o trabalho com a difusão, a preservação e o resgate da cultura negra brasileira, além de um trabalho bem-dirigido para a promoção da consciência negra.

Em Paracatu haverá o Festival Regional da Consciência Negra - Fercon -, promovido pela Fundação Consciência e Arte, que acontecerá do dia 19, amanhã, até o dia 21 de novembro. A programação é a seguinte: às 13 horas, no dia 19, teremos o Seminário Regional de Cultura, que acontecerá na Câmara Municipal de Paracatu; às 21 horas, no dia 20, haverá a apresentação cultural, com o Projeto Vida de Viajante, em frente à Prefeitura Municipal; no dia 21, acontecerá o Cortejo Afro, que passará pelas principais ruas do Centro da cidade de Paracatu, concentrando-se na Praça do Rosário a partir das 8 horas da manhã.

No dia 21, às 22 horas, "show" da banda Tambor Mineiro, em frente à Prefeitura Municipal, trabalho conhecido do grande público de Minas Gerais, desenvolvido pelo companheiro e amigo Maurício Tizumba. Como programação complementar do Festival Regional da Consciência Negra, promovido pela Fundação Consciência e Arte, haverá, dos dias 16 a 20 de novembro, exposição de quadros, fotografias e bonecas nas cidades de Lagamar, Vazante, Paracatu e Três Marias. Dos dias 5 a 21 deste mês, mostras de cinema nas cidades de Paracatu, Vazante, Lagamar e Unaí. Também está divulgado para toda a comunidade regional do Noroeste de Minas o Festival Regional da Consciência Negra, que acontece em Paracatu, dos dias 19 a 21 de novembro, portanto a partir de amanhã, fruto de projeto cultural da Fundação Consciência e Arte. Ainda no dia 20, como parte da programação nacional, o Presidente Lula participará de ato público em Salvador, na Praça Castro Alves. O

Presidente deve estar entre às 18 horas e às 20 horas na Praça Castro Alves. É mais uma participação do Presidente Lula, alinhada às reivindicações e às bandeiras da comunidade negra brasileira. No dia 22/11/2009, também em Salvador, haverá a V Caminhada pela Vida e Liberdade Religiosa, com concentração às 9 horas, no busto da Mãe Runhó. São essas as programações oficiais. Entre as questões importantes que acontecerão nessas datas, existe todo um esforço, concentrado no Congresso Nacional, para viabilizar a sanção pelo Presidente Lula, ainda na sexta-feira, do Estatuto da Igualdade Racial, o que representa avanço histórico. Em meio às várias conquistas, uma merece destaque, que é a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir -, que é a instituição de conjunto de mecanismos legais para organizar e articular as ações voltadas à implementação das políticas e dos serviços destinados a superar as desigualdades etnoraciais existentes no Brasil. Outro ponto que ganha destaque, no Estatuto da Igualdade Racial, é a previsão de fontes de financiamento para a promoção da igualdade racial em todas as esferas públicas, nos governos federal, estaduais e também municipais. Acreditamos que o Estatuto da Igualdade Racial, que vem reforçar legislações que estão sendo implementadas no Brasil, a exemplo do Decreto nº 4.887, de 2003, que regulamenta o art. 68 da Constituição Federal, que trata da demarcação das terras quilombolas, vem referendar e reafirmar este princípio constitucional que garante o direito à propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos no Brasil. Ainda no que diz respeito à cultura, a capoeira, entre outras manifestações da cultura negra, passa a ser reconhecida como desporto nacional, garantindo o registro e a proteção em todas as suas modalidades, uma reivindicação antiga dos capoeiristas organizados em todo o território brasileiro, por meio de várias escolas e modalidades e também de várias propostas de intervenção de natureza social e humana. Agora asseguraram essa conquista. A capoeira passa então a ser reconhecida formal e oficialmente como desporto nacional.

A descentralização das políticas públicas por meio do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - Fipir - é uma ação extremamente importante. Sabemos que uma das dificuldades é exatamente conseguir a integração de políticas públicas - que será uma das principais atribuições desse fórum - nas três esferas, principalmente a integração de políticas temáticas voltadas para esse público específico que são os negros, as comunidades negras brasileiras. Em torno de 500 Municípios e Estados fizeram a adesão ao Fórum, Sr. Presidente. Entendemos que essa ação é fundamental. Continua o Estatuto da Igualdade Racial - estou concluindo, Sr. Presidente - garantindo que 10% das vagas para candidaturas de representantes da população negra sejam viabilizadas por meio dos partidos e coligações. Portanto, os direitos políticos serão estimulados por meio dessa medida. O sistema de cotas raciais para as universidades públicas brasileiras vem agora não mais por adesão espontânea, mas será assegurado por meio do Estatuto. Também na parte de financiamento, como já foi dito, o poder público priorizará repasse dos recursos referentes aos programas e atividades previstas no Estatuto aos Estados, Distrito Federal e Municípios que tenham criado conselhos de igualdade racial. Portanto, Sr. Presidente, é um estímulo efetivo, real e concreto para a instituição dos conselhos. Por fim, Sr. Presidente, gostaríamos de dizer que estivemos, na semana atrasada, no Quilombo do Gorutuba, que é o maior quilombo de Minas Gerais, um símbolo de resistência das comunidades quilombolas mineiras. Ele alcança sete Municípios no Norte de Minas, entre eles Janaúba, Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Mato Verde e Monte Azul. Entretanto, ele ainda está reivindicando o seu território, o seu reconhecimento, apesar do crescimento, da organização, da valorização por meio de muitos trabalhos, particularmente com o apoio da Fundação Banco do Brasil no amplo acesso à água potável e no amplo projeto de alfabetização quilombola, que é diferenciado, é um projeto piloto que hoje alcança outras comunidades quilombolas Brasil afora. O Presidente Lula, na sexta-feira, assinará decreto autorizando a legalização dos territórios de 30 comunidades quilombolas do Brasil, infelizmente, até então, nenhuma de Minas Gerais. O Quilombo do Gorutuba está aguardando essa decisão por parte do Incra, que é quem tem agora a atribuição, com a sanção presidencial, para seu reconhecimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBELIA

Na data de 23/11/09, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Gentile Antognani Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Acácio Wilde Emílio dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2009

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 14/12/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de café tradicional torrado e moído.

Este edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes - CEP 30190-120 -, de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 (cinco centavos) por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica deste edital desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Extintores Rival do Fogo Ltda. Objeto: prestação de serviço de assistência técnica permanente em sistema convencional de combate a incêndio constituído por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio, nas dependências da ALMG - Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes, Escola do Legislativo, Procon-Assembleia - e em todos os seus anexos, inclusive garagens. Objeto deste aditamento: quarta prorrogação contratual com reajuste de preço pelo INPC-IBGE. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/12/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39 (10.1)

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: SER - Schmidt Engenharia de Radiodifusão Ltda. Objeto: prestação

de serviço técnico de consultoria para elaboração de projetos técnicos para a correção das características de potência e instalação do canal 35 + E e de instalação e regularização dos 217 canais retransmissores da TV Assembleia no interior do Estado. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 (3.3.90.39). Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Carena Ltda. Objeto: prestação de serviços em "lay-outs". Objeto deste aditamento: segunda prorrogação contratual com reajuste de preço pelo INPC-IBGE. Vigência: 12 meses, a partir de 13/11/2009. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90.39 (10.1)

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação Comunitária do Bairro Gameleira. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### ERRATAS

##### Projeto de Lei nº 4.005/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/11/2009, na pág. 38, col. 2, na ementa, onde se lê:

"do Procurador do Ministério do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais", leia-se:

"do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais".

##### Projeto de Lei nº 4.032/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/11/2009, na pág. 43, col. 1, no art. 2º, onde se lê:

"Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1988", leia-se:

"Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998".

#### ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO\*

GRANDE MÉRITO
Alceu José Torres Marques
Carlos Henrique Gaguim
Luiz Soares Dulci
Nívio Geraldo Gonçalves
Orlando Silva de Jesus Júnior
Patrus Ananias de Sousa
Renato Vieira de Souza
Sérgio Antônio de Resende
MÉRITO ESPECIAL
Acir Benedito Antão (Promoção)
Andréa Neves da Cunha (Promoção)
Antônio Pontes da Fonseca (Promoção)
Arnaldo Esteves Lima

Carlos Macedo de Oliveira
Cloves Eduardo Benevides (Promoção)
Elismar Fernandes Prado
Emanuel Soares Carneiro (Promoção)
Geraldo Magela Pereira
Geraldo Teixeira da Costa Neto
Gerson de Oliveira Costa Filho (Promoção)
Herbert José Almeida Carneiro
Joaquim José de Souza (Promoção)
José Geraldo Ferreira Malta
Juarez Távora de Freitas Júnior
Júlio César Galante Ariz (Promoção)
Luiz Carlos Bernardes (Promoção)
Maria das Graças de Oliveira Almeida (Promoção)
Nacib Duarte Bechir
Nobuhiro Karashima (Promoção)
Olavo Machado Júnior
Rômulo Antônio Viegas (Promoção)
Sérgio Alair Barroso
Sérgio Lúcio de Almeida
Teodomiro Braga da Silva
MÉRITO
4º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais
Adriano Frota Machado Souto
Aíde Ferreira Ferraz
Alessandra Septimio Lanza Martins Resende
Alisson Diego Batista Moraes

Aloysio Navarro de Aquino
Ambrósio Francisco Viganó
Anastácio Mileno Freire Bandeira
Anderson Costa Cabido
André Nunes Lamounier
Antônio Carlos Chaves de Resende
Antônio Carlos Goulart
Antônio Carlos Oliveira Martins
Antônio Carlos Pereira
Antônio Carlos Torquetti
Antônio Eustachio Tolentino
Antônio Eustáquio Vieira dos Santos
Antônio José Cunha
Antônio Neves Sobrinho
Aristóteles Mendes Ruas
Aroldo Rodrigues da Silva
Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba - Adefu
Athos Mameluque Mota
Carla Kreefft
Carlos Alberto Dias Viana
Carlos Alberto Paulino da Costa
Carlos Antunes de Souza
Carlos da Fonseca Soares
Carlos Vitor Alves Martins
Célia Pimenta Barroso Pitchon
Daniel da Cunha Messias Roque
Daniel Senra Delgado

Danilo de Araújo Tambasco
Darci Silveira Celani
Décio Monteiro Morais
Délio Nunes Rocha
Destilaria Antônio Monti Filho Ltda – Damfi
Edmea Moreira Machado
Edna Luiza Fonseca Costa
Eli Dornelas Gonçalves
Elias Martins Castanheira
Eliomar Meireles Vieira
Emerson Alvarenga Barbosa
Emerson de Carvalho Andrade
Empresa Brasileira Distribuidora Ltda – Embrasil
Escândar Nagib Borjaili
Eustáquio Dionis
Evandro Tiago de Aguiar
Fabiano Rocha dos Santos
Fábio Pimenta Éssper Kallas
Fábio Reis Nazareth
Fábio Torres de Sousa
Fabício Gomes Costa
Ferdinando Resende Rath
Fernando Perez
Flaviano Moura de Oliveira
Francisco Antônio Cerceau Ibrahim
Francisco Lino Neto
Fundação Gregório Baremlitt

Genilson Ribeiro Zeferino
Geraldo Alves Padrão
Geraldo Gonçalves dos Santos
Geraldo Medeiros
Gilberto Cabral Costa
Gilmar Dias dos Santos
Gilson Roberto Lessa Nunes
Gilvan de Pinho Tavares
Haroldo Cunha Abreu
Hélio Oscar Machado
Heloísa Helena Limoeiro Muller
Henrique Caetano Pinto Neto
Henrique Nogueira Macedo
Hércules José Procópio
Higino Zacarias de Souza
Igreja Presbiteriana do Brasil
Ione de Moraes Tofanelli
Ivar de Almeida Cerqueira Neto
Ivo Mendes Filho
Jair José Varão Pinto Júnior
João Anacleto dos Santos
João Antônio Vidal de Carvalho
João Batista Bernardes
João Bosco dos Santos
João da Mata Nogueira
João Salqueiro
Joaquim Campos Reis

Joel Pinto Martins
Joel Villon
Joelma Matos de Medeiros
Joemilson Donizetti Lopes
Jordão Missias Lopes Medrado
José Alves Paixão
José Antônio Cervantes
José Antônio Costa Cintra
José Augusto Mota Filho
José Benedito Nunes Neto
José Célio de Alvarenga
José Diogo Drumond Neto
José Eugênio Paceli Lopes
José Geraldo Ferreira
José Geraldo Franco Martins
José Henrique Gomes Xavier
José Mattozinho Frauche
José Messias Schettino
José Moreira da Silva
José Orlando da Silva Pereira
José Patrocínio Magalhães Almeida
José Rodrigues de Araújo
José Wilson Campos
Júlio César Diniz
Jussara Menicucci de Oliveira
Lacerdino Garcia de Menezes
Lauri Jorge Pereira

Leonardo do Carmo Coelho
Livingstone Borja
Lourival Libertador Coutinho
Lúcia Duque Reis
Luís Henrique Silva Rosário
Luiz Antônio Pulchério L. C. B. Rêgo M. Souza
Luiz Carlos Fernandes
Luiz Esequiel de Resende
Luiz Fernando Nascimento de Oliveira
Luiz Gonzaga Amorim
Luiz Roberto Santos Vilela
Márcia Regina de Nogueira
Márcio de Oliveira Pereira
Marco Antônio Badaró Bianchini
Marco Túlio Alves Quirino
Marcos Frota
Maria Ângela de Carvalho Guimarães
Maria Geralda Salgado Santos Rodrigues
Marilda Ribeiro Rezende
Marinalva Ferreira
Mário Guilherme Perocci Ribeiro do Valle
Márlcio Geraldo Costa
Maurício Toledo Jacob
Maurílio Neris de Andrade Arruda
Mauro Machado
Mauro Sérgio Nery Brito
Michel Spadano

Miguel Joaquim Barbosa
Militão Paulino de Paiva
Moacir Chagas Tavares
Mônica Cristina Miranda dos Santos A. Cardoso
Mônica de Oliveira Araújo e Siqueira
Movimento de Luta Pró Creche - MLPC
Murilo Pereira de Rezende
Nadab Estanislau Abelin
Nalton Sebastião Moreira da Cruz
Neider Kennedy Amorim
Nelson de Abreu Pinto
Nide Alves Brito
Odilon Pereira de Souza
Oliveira Santiago Maciel
Onofre Alves Batista Júnior
Orlando Caixeta Fialho
Oswaldo Oliveira Araújo Firmo
Paulo César Alkimim Lopes de Oliveira
Paulo César Bento Mantovani
Paulo César Funghi Alberto
Paulo de Oliveira
Pedro Lourenço e Oliveira
Programa Viação Cipó
Raimundo Lessa de Moura Júnior
Renato Scapolatempore
Reni Nogueira dos Santos
Renzo Rinoldi

Ricardo Losha
Ricardo Pedro Chaves Pinto Filho
Ricardo Rodrigues Nunes
Roberto Camilo Órfão Morais
Rodinei Medeiros Romão
Roque José de Oliveira Camêllo
Salustiano Michalick Vasconcelos
Saulo Germiniani
Soraia Ferreira Caetano de Carvalho
Terezinha Hannas Guimarães
Valéria de Melo Nunes Lopes
Virmondes Machado
Vitor Paulo Araújo dos Santos
Walmir Rocha Lopes
Weser Francisco Ferreira Neto
William Machado
Wilson Luiz Abrantes
Wilson Reis Couto
Wolney Freitas

\* - Republicado em virtude de incorreções verificadas na edição de 24/11/2009.